



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 22 de Novembro de 2017.

Edição 2644 | Páginas: 18

7ª LEGISLATURA | 54º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA
PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAÍAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Angela Águida Portella - PSC;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputado Brito Bezerra - PP;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS; e
- e) Deputado Marcelo Cabral - PMDB.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Soldado Sampaio - PC do B;
- b) Deputado Odilon Filho - PEM;
- c) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- d) Deputado Coronel Chagas - PRTB; e
- e) Deputado Jorge Everton - PMDB.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Flamarion Portela; PDT
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- b) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputada Ângela Águida Portela - PSC.

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- b) Deputado Chico Mozart - PRP;
- c) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- d) Deputado Masamy Eda - PMDB; e
- e) Deputado Valdenir Ferreira - PV.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- b) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputada Ângela Águida Portela - PSC.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- e) Deputado Izaías Maia - PT do B; e
- f) Deputado Soldado Sampaio - PC do B.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- b) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- c) Deputado Flamarion Portela; PDT
- d) Deputado Brito Bezerra - PP; e
- e) Deputado Jânio Xingu - PSL.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Flamarion Portela; PDT
- d) Deputado Odilon Filho - PEM; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Zé Galeto - PRP;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- d) Deputado George Melo - PSDC; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputado Gabriel Picanço - PRB;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- b) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- c) Deputado George Melo - PSDC;
- d) Deputado Jânio Xingu - PSL; e
- e) Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Brito Bezerra - PP;
- b) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
- e) Deputado Masamy Eda - PMDB.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- b) Deputado Zé Galeto - PRP;
- c) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- d) Deputado Odilon Filho - PEN; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- d) Deputado Naldo da Loteria - PSB; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Flamarion Portela; PDT
- b) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- c) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- d) Deputada Angela Águida Portella - PSC; e
- e) Deputado Naldo da Loteria - PSB

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado George Melo - PSDC;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- e) Deputado Brito Bezerra - PP;
- f) Deputada Aurelina Medeiros - PTN; e
- g) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Zé Galeto - PRP.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Odilon Filho - PEM;
 - d) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
 - c) Deputado George Melo - PSDC;
 - d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
 - e) Deputado Izaías Maia - PT do B.
- Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz - PTN; e
2º - Deputado Flamarion Portela - PDT.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Projeto de Lei nº 140/2017	02
- Indicações nº 499 e 500/2017	03
- Ata da 2635ª Sessão Ordinária - Íntegra	03
- Ata da 2636ª Sessão Ordinária - Íntegra	08
- Ata da Audiência Pública - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte	11

Superintendência Administrativa

- Resoluções nº 448 a 451/2017	17
- Extrato de Contrato nº 067/2017 - Processo nº 753/2017	17

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 140/17

Dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos e vestibulares nas instituições de ensino no âmbito do Estado de Roraima, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- São isentos do pagamento de taxa, os candidatos beneficiários do programa social “CRÉDITO DO POVO”, nos processos seletivos de ingresso em cursos de graduação de instituições públicas e privadas, bem como nos concursos públicos realizados pela Administração Pública Direta, Indireta, Autarquias, Fundações Públicas e entidades mantidas pelo Poder Público Estadual, no âmbito do Estado de Roraima.

§ 1º- Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto por esta lei, o candidato que comprovar atender as especificações e as exigências do Programa, instituído pelo Decreto n.º 4.735-E, 02 de maio de 2002, alterado pelo Decreto de n.º 12.899-E, de 28 de junho de 2011, Decreto nº 21.545-E de 25 de agosto de 2016 e demais alterações.

§ 2º A isenção mencionada no *caput* deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, contendo:

I- documentos necessários a sua comprovação;

II- declaração de que atende à condição estabelecida no § 1º do *caput*.

Parágrafo único. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei.

Art. 2º- Os editais de concurso público dos órgãos da administração direta, indireta, das autarquias e das fundações públicas e do Poder Executivo Estadual, bem como nos editais de processos seletivos de ingresso em cursos de graduação das instituições públicas e privadas, deverá conter:

I- a possibilidade de isenção de taxa de inscrição para o candidato beneficiário do

“CRÉDITO DO POVO”;

II- os prazos limites para a apresentação do requerimento de isenção, assim como

da resposta ao candidato acerca do deferimento ou não do seu pedido.

Parágrafo único. Em caso de indeferimento do pedido, o candidato deverá ser comunicado antes do término do prazo previsto para as inscrições.

Art. 3º Esta Lei também se aplica aos processos seletivos simplificados para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata o art. 37, inciso IX, da Constituição.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas de necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 31 de outubro de 2017.

Dep. **IZAIAS MAIA**

4º Secretário

JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa à facilitação do acesso daqueles que não têm condições financeiras e que necessitam da ajuda do poder público, a ingressarem em universidades e em carreiras por meio de concurso público. No mais, a isenção objetiva incentivar tais pessoas que têm como empecilho a realização do pagamento da taxa de inscrição e que, por conta disso, desistem de prestar as provas.

Uma vez cadastrado no programa, faz-se desnecessária a comprovação de baixa renda do candidato, tendo em vista os próprios requisitos para participação do programa social que, por si só, já demonstram a carência do participante.

A referida isenção não causará prejuízo ao erário, visto que pode servir de complemento para a, já vigente, Lei 62/2011, que dispõe, entre outros, sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior, para pessoas com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio.

A necessidade desse projeto se mostra presente no momento em que garante, às pessoas de baixa renda, oportunidade para mudança de vida em benefício individual e, a partir do momento que dispõe novos servidores

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Fone: 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CARLOS EBER MONTEIRO COSTA

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme *Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015*, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

e profissionais, coletivo.

Diante do que foi exposto e pela relevância da matéria, esperamos poder contar com o apoio da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima.

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 499, DE 2017

INDICO, nos termos do art. 202 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima, a **Excelentíssima Senhora Governadora do Estado**, que providencia, com a máxima urgência, a **ELABORAÇÃO DE UM PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE SOBRE O RIO URARICOERA, na região da Vila do Passarão, interligando a RR-319 às comunidades indígenas localizadas na outra margem do rio, bem como viabilizando o acesso ao Município de Normandia.**

JUSTIFICATIVA

Há muitos anos a travessia do Rio Uraricoera, na região da Vila do Passarão, tem sido realizada por meio de balsa, único meio de acessar às comunidades indígenas localizadas na outra margem do rio.

Ocorre que a população da região cresceu e, conseqüentemente, desenvolveu e ampliou as atividades produtivas daquela localidade. Entretanto, é sabido que a RR 319 é a única entrada que interliga as comunidades, bem como a Vila do Passão ao Município de Boa Vista.

Desta forma, para que os moradores se desloquem ou procedam ao escoamento da produção local, é necessário realizar a travessia pela balsa, a fim de seguir pela RR 319, sentido a Capital. Ocorre que a balsa representa um meio de transporte demorado, arcaico e bastante perigoso, na medida em que a embarcação não passa por manutenção periódica, fato que acarreta a interrupção das operações com bastante frequência, isolando os que vivem no outro lado da margem.

Assim, vemos a necessidade, bom base em uma reivindicação antiga dos moradores e produtores, da construção de uma ponte de concreto interligando a RR 319, a fim de proporcionar um meio mais rápido, seguro e eficaz de travessia, que possa impulsionar o desenvolvimento do setor produtivo, bem como viabilizar o acesso ao município de Normandia, como rota alternativa.

Sabemos do alto custo de uma obra desta magnitude, porém, é necessário que o Governo do Estado elabore um projeto e busque recursos junto ao Governo Federal e aos Parlamentares Federais representantes de Roraima, para realização desta obra tão importante e necessária para o desenvolvimento daquela região e, conseqüentemente, do nosso Estado de Roraima.

Em suma, indico a Senhora Governadora do Estado que proceda a elaboração de um projeto para construção da ponte sobre o Rio Uraricoera, na região da Vila do Passarão, dando o ponta pé inicial para a consecução de recursos destinados a realização da obra.

Boa Vista – RR, 10 de outubro de 2017

MASAMY EDA
Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 500, DE 2017

INDICO, nos termos do art. 202 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima, a **Excelentíssima Senhora Governadora do Estado**, com urgência, a **ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À LIMPEZA DO TERRENO DE PROPRIEDADE DO GOVERNO DO ESTADO NO TRECHO URBANO DA BR-174**, localizado na Av. João de Alencar, nesta capital.

JUSTIFICATIVA

Tal indicação se justifica pelas constantes reclamações dos moradores do bairro Cauamé, acerca do terreno de propriedade do Governo do Estado, localizado no perímetro urbano da BR-174, Av. João de Alencar, bairro Cauamé, uma vez que se encontra em estado de total abandono propiciando o surgimento de ambiente favorável à proliferação de doenças transmissíveis.

Resalta-se que o referido terreno foi destinado para a construção do conjunto habitacional para servidores públicos através do Programa Bem-Morar servidor, que até a data desta indicação não possui estimativa para início das obras, fato que preocupa os moradores da região que relatam o número crescente de pessoas infectadas pelo vírus da dengue e *chikungunya*.

Outrossim, não se pode conceber a ideia de que um terreno público permaneça sem utilização, oferecendo risco a saúde das pessoas, quando há necessidade da construção de mais moradias para os servidores públicos, ou até mesmo a construção de prédios para atender tanto a administração direta quanto a indireta.

É necessário, desta forma, que o Governo do Estado de Roraima adote as providências necessárias, com a maior urgência possível, a fim de realizar limpeza do terreno abandonado, além de efetuar manutenção até a data inicial das obras, com o objetivo de conservação do bem público e zelo a saúde do cidadão roraimense.

Palácio Antonio Martins, 10 de novembro de 2017.

MASAMY EDA
Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2635ª SESSÃO, EM 26 DE SETEMBRO DE 2017. 54º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às nove horas do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima trigésima quinta Sessão Ordinária do quinquagésimo quarto período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declarou aberta a presente Sessão. Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que faça a leitura da Ata da sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Marcelo Cabral** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Izaías Maia** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO: Mensagem Governamental nº 74, de 20/09/17, encaminhando para apreciação o Projeto de Lei nº 117, que “dispõe sobre o art. 19, incisos I e V, da Lei Estadual nº 030, de 26/12/1992, quanto à cobrança dos valores pelos serviços técnicos e o ressarcimento pelos custos agrários realizados pelo Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima”. **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:** Ofício nº 3.069, de 18/09/17, da Presidente do TJRR, encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 18, que “dispõe sobre a ampliação do número de cargos de provimento em comissão e altera os anexos “F” e “G” da Lei Complementar nº 227/17, que dispõe sobre a Organização do Quadro de Pessoal e Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima e dá outras providências”. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Indicação nº 437, de 25/09/17, do Deputado Gabriel Picanço ao Governo do Estado, solicitando recuperação da Vicinal que liga a Vicinal Tronco (01) do Projeto de Assentamento Vila Vilena à localidade indígena do Apum, município de Bonfim-RR; Indicação nº 438, de 25/09/17, do Deputado Zé Galeto ao Governo do Estado, solicitando revitalização da Escola Estadual Professor Antônio Ferreira de Souza, localizada na Rua Doutor Reinaldo Neves, 558 – Jardim Floresta; Proposta de Moção de Apelação nº 018, de 25/09/17, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, ao Poder Executivo do Estado de Roraima, resultante da Audiência Pública com o tema Setembro Amarelo: Prevenção à Vida e Combate ao Suicídio, realizada no dia 25/09/17, para que inclua o suicídio como uma questão de saúde a ser enfrentada no estado; Proposta de Moção de Apelação nº 019, de 25/09/17, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, ao Poder Executivo do Município de Boa Vista, resultante da Audiência Pública com o tema Setembro Amarelo: Prevenção à Vida e Combate ao Suicídio, realizada no dia 25/09/17, para que inclua o suicídio como uma questão de saúde a ser enfrentada no estado; Requerimento nº 81, de 20/09/17, de autoria da Deputada Angela Águida Portella, requerendo a retirada de tramitação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 049/16, que “dispõe sobre a regulamentação, no âmbito estadual, da profissão de Bombeiro Profissional Civil e dá outras providências”. **DIVERSOS:** Ofício nº 258, de 19/09/17, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, informando a celebração do Convênio nº 08/17/GER/SEINF/ MUNICÍPIO DE BONFIM, cujo objeto é a execução de serviços na Vicinal BOM-460, que dá acesso à Comunidade Moscou – município de Bonfim e Convênio nº 09/17/GER/SEINF/MUNICÍPIO DE BONFIM, cujo objeto é a execução de serviços na Vicinal 02, BOM-390, que dá acesso à Comunidade do Taboca - município de Bonfim; Ofício nº 41, de 18/09/17, da Organização dos Professores Indígenas de Roraima - OPIRR, encaminhando documento de diagnóstico parcial do 1º semestre relacionado à Educação Escolar Indígena do estado de Roraima.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

(O Senhor Primeiro-Secretário **Izaías Maia** procede à chamada).

O Senhor Deputado **George Melo** - Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras e senhores presentes nesta Casa, pessoas que estão em casa nos assistindo pela TV ALE, um bom dia a todos. Na manhã de hoje, quero relatar alguns fatos. Foi dito há poucas semanas que o Senador Romero Jucá era um senador do mal, mas estou vindo a esta Casa para afirmar que o governo do mal é o governo que está aí, o governo da Governadora Suely Campos. Esse governo conseguiu colocar uma espada no peito de todos os produtores, dos pecuaristas do nosso estado, pecuaristas esses que foram responsáveis por décadas de sucesso da economia do estado. Na hora em que o Estado brasileiro tinha virado as costas para a Amazônia, esses pecuaristas asseguraram as nossas fronteiras, esses pecuaristas foram responsáveis por toda a economia do nosso estado e, em seguida, Roraima passou a ser território, com a força dessa gente. Eles conseguiram, através de um trabalho federal com o Senador Romero Jucá, tirar Roraima da aftosa, essa doença que, por tanto tempo, impediu o crescimento da pecuária em nosso estado. Deputado Marcelo, Vossa Excelência que é um criador, não vai acreditar que a CODESAIMA foi até o Ministério Federal da Agricultura pedir o cancelamento do SIF do MAFIR. Acreditem se quiserem, está aqui em minhas mãos o documento onde a Senhora Governadora pediu o cancelamento do SIF. Ora, o que a Governadora fez? Ela, sabendo que tem um mercado caribenho aqui do lado com quase sete milhões de habitantes que compram em dólar e iam tornar esses pecuaristas autossuficientes, ricos, o que fez? Ela foi lá e arrancou o SIF para entregar nas mãos de uma meia dúzia de pessoas que vão controlar a carne. Sabem como vai ficar isso? Vai ficar da seguinte forma: poucos vão comprar gado, bezerro fora da engorda e vender em dólar, os daqui vão ter que vender em real, continuar pequenos e pobres. Esse foi o presente que a Governadora Suely deu a todos os pecuaristas de Roraima. Tenho certeza de que ela não terá coragem de tomar café com um pecuarista a partir de hoje, porque ela traiu essas pessoas, ela traiu quando fez isso. A Agricultura federal não queria tirar o SIF, queria que o MAFIR fizesse um ajuste, mas nunca tirar o SIF, porque todo mundo em Roraima que mexe com carne sabe que, ano que vem, Roraima estará livre da aftosa e vai poder comercializar o seu boi em dólar. Esse foi o presente desse malfadado governo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** - Deputado George Melo, essa é uma matéria que Vossa Excelência está mostrando como não está acontecendo na prática. O MAFIR, que atende os pequenos e médios produtores de gado no estado de Roraima, foi fechado pela Delegacia de Agricultura para fortalecer o Frigo-10, que é de dez pessoas que se dizem do setor produtivo e que não são do setor produtivo, mas que querem criar o monopólio da carne em Roraima. A Governadora, sabidamente, pediu o cancelamento do SIF, porque ele já está suspenso pelo Ministério da Agricultura para que o estado possa dar o selo e o MAFIR possa atender o pequeno e o médio produtor de gado, para que não fiquem nas mãos de meia dúzia de exploradores. O quilo de carne passará de 30 para 40%, no mínimo, pois são dez pessoas que, em qualquer governo, seja ele qual for, eles estão lá e chegam lá de uma forma muito tranquila: ah, nós somos o setor produtivo. Aí, eles logo querem operar a Lei nº 215, querem comprar tudo sem pagar o ICMS, só eles podem. O José da Vicinal VIII não pode, o Antônio da Vicinal XII, lá em Rorainópolis, não pode, mas eles podem roubar o estado, sonegar imposto. O governo não errou nessa medida, quem atropelou essa história foi o Governo Federal, e aí eu não preciso falar de onde veio essa punhalada nos pequenos e médios agricultores, que nós estamos reunindo. Para falar a verdade, estamos criando uma associação que já tem mais de 300 inscritos e que saberão a realidade, que a ADERR está dando o selo para que o MAFIR possa atender o pequeno e o médio produtor e não deixar o Frigo-10 monopolizar o comércio de carne aqui no estado de Roraima. Obrigado, meu amigo George Melo.

O Senhor Deputado **George Melo** continua - Eu quero agradecer ao nobre Deputado Jânio Xingú e dizer que as pessoas desse Frigo-10 estão dentro desse governo que tirou o SIF dos pecuaristas, está aqui a prova. Esse governo não pode mais enganar as pessoas. A Governadora, simplesmente, sabendo que ano que vem o estado vai vender em dólar, ela tirou o SIF e entregou para uma meia dúzia. Sabem o que vai acontecer? Esses pecuaristas vão continuar pequenos, sem expectativa de crescimento e na mão de um monopólio. A governadora se antecipou em tirar, pois o Mapa simplesmente pediu a adequação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral** - Bom dia, senhoras e senhores deputados, demais presentes, meu amigo líder do

Bloco, Deputado George Melo. Eu fico aqui surpreso com uma atitude tão irresponsável do Governo, que não vê o setor produtivo. O SIF é um selo para exportar carne. Com isso, ela fez o seguinte, ela não deixará o setor produtivo, o pequeno, o grande e nem o médio que matam hoje no MAFIR exportar carne para outro estado. Com a retirada do SIF, os produtores vão matar e deixar sua carne somente no mercado local, ou seja, ela está tirando a capacidade do matadouro, do MAFIR, de exportar seu produto. Ela não tem o compromisso com o setor produtivo e o FRIGO-10 ainda não está funcionando, ainda não está matando. A nossa exportação de carne congelada ficará suspensa para outros estados, ou seja, é um governo que não se preocupa com o pequeno produtor, que gera renda e riquezas no nosso estado. Ou seja, ela está deixando para trás um setor primário forte de grão, da pecuária. O que eu não admito aqui, Presidente, George Melo, é dizerem que sem o SIF ficará melhor para o estado. Como? Eu queria entender. Como é que vai ficar melhor. Só matando para o consumo local? Melhor não. É muito pior. Passaram anos matando e o preço da carne congelada que vai para Manaus é agregado ao valor. Eu sei porque eu mato, porque eu consumo, porque a gente ajuda esse setor, a gente sabe a realidade e quem vai ser penalizado não é só o produtor pequeno não, é do grande ao pequeno. E hoje ela pedindo para cancelar o SIF, ou seja, ela não tem a responsabilidade de querer e de poder ajudar esse estado. Está provado que, mais uma vez, o governo não está preocupado com o setor produtivo, em especial hoje, com setor pecuário, tirando o SIF. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **George Melo** continua - Deputado Marcelo, com a nossa pecuária hoje, o mercado local não tem condição, nós vamos quebrar os pecuaristas. Temos um mercado de 2 milhões e meio de habitantes e, agora a gente saindo da aftosa, o mercado caribenho tem 17 milhões de habitantes e quer comprar carne em dólar. O que a governadora fez? "Olha, eu vou entregar isso aqui para uma meia dúzia de sócios e vou deixar esse mercado local na mão dessa meia dúzia. Porque, se você não pode vender, abastecer o mercado local, e tem muita carne, você tem que vender para quem tem SIF. Quem é que tem SIF? Os grandes. O FRIGO-10. Então, isso nunca poderia ter acontecido. Eu quero dizer, isso foi a maior traição a um segmento produtivo do estado.

Aparte concedido ao Senhor deputado **Jorge Everton** – Deputado George, obrigado pelo aparte. Às vezes, a gente chega a ficar assustado com determinadas atitudes do Governo do Estado. Se não fosse a quantidade de denúncias, de corrupção e desvio de recursos públicos, acharíamos que seria uma mera coincidência de quem está na gestão. Mas não. Nós temos que levantar de forma profunda e eu peço ao Deputado Marcelo Cabral, que é um conhecedor do assunto, que é um pecuarista, que está sempre junto com o produtor, que tente descobrir qual a verdadeira intenção do Governo do Estado para mandar um documento pedindo o cancelamento. Isso tem algo estranho e precisa ser analisado com profundidade. Tenho visto o Plácido fazer um trabalho excepcional no MAPA, no Ministério da Agricultura. Ele tem feito um grande trabalho e agora o governo tenta atrapalhar tudo que já foi conquistado através do Governo Federal. O Governo Estadual manda um documento pedindo o cancelamento e agora a culpa é do Governo Federal. É interessante isso, mas eu peço, Deputado Marcelo, que a gente possa fazer um levantamento da verdadeira intenção desse cancelamento, porque isso é um ato criminoso para com o produtor do nosso estado. Obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado **George Melo** continua – O nosso Estado não pode ser penalizado por isso, você tirar a condição do pequeno de crescer, de se desenvolver, o nosso estado precisa de desenvolvimento. O que a governadora fez não tem responsabilidade para esse tamanho, eu diria. Economicamente, isso foi feito para beneficiar um grupo, é a única explicação que eu tenho, porque não é de hoje que eu venho acusando o ex-presidente da CODESAIMA de acabar com aquela instituição. A CODESAIMA está sem condições de uso e o MAPA pediu para que fosse feita uma reforma para que continuasse esse direito do nosso pecuarista. Eu quero dizer para a governadora: Governadora, reveja. Vá até Brasília, converse com os nossos políticos para reverter isso aqui. Isso aqui é uma vergonha, eu não acredito que a senhora tenha coragem de sentar na mesa com o pecuarista e pedir o apoio dele, seja para o que for. Eu não estou falando de voto, não. Eu estou falando de desenvolver este estado, de a senhora sair de cabeça erguida por onde a senhora ande. Por onde a gente vai neste estado tem pecuarista. O que a senhora fez, Senhora Governadora, foi a maior traição com um segmento já poderia ter tido. O que a senhora fez foi a maior covardia que se faz com pessoas trabalhadoras, mas pessoas trabalhadoras que produzem. Pessoas trabalhadoras, corajosas, que seguraram as nossas fronteiras, que estão sendo desrespeitadas, aparece agora essa conversa de senador do mal. O Senador Romero Jucá conseguiu tirar Roraima da aftosa e o presente que o pecuarista recebe é uma espada atravessada no coração. Para que fazer... E aí eu pergunto, para que fazer

EXPOFERR? Vocês acham que tem alguém interessado, motivado ainda a criar gado e não passar da mesmice, quando todo mundo acreditava que um dia esse setor iria ser abraçado por este estado? Que esse setor iria ser reconhecido pela classe política. E o presente que a senhora governadora deu foi o pedido de retirar o SIF, senhoras e senhores. Isso aqui algumas pessoas poderão estar dizendo: eu não crio gado, eu não estou nem aí. Saibam que esse segmento é importante para a economia local. Saibam que esse segmento, ele não só foi importante no passado, não. Nós temos um estado que tem vocação para pecuária e que foi entregue ao monopólio de um governo irresponsável, que quer lotear toda a riqueza deste estado para sua família e deixar o povo na maior pobreza já vista. Eu não posso acreditar que a senhora governadora tenha a coragem de apunhalar um segmento de uma forma tão vil, tão irresponsável. Senhoras e senhores, eu deixo esta tribuna hoje com muita tristeza, uma das maiores que eu já tive, de vir até aqui para denunciar uma irresponsabilidade, uma falta de sensatez, uma falta de olhar para o futuro deste estado e não ver que o caminho dele é pelo campo, é pela pecuária, pela agricultura. Se você tirar as armas de as pessoas crescerem, certamente elas não vão conseguir dar um passo, porque um governo que trabalha dessa forma é um governo que fabrica miseráveis desocupados. Não é um governo que fabrica trabalho, um governo que fabrica riqueza. Infelizmente, o que a governadora deixa para gente hoje é a certeza de que esse governo é o governo do mal.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, Deputados aqui presentes e público em geral. Gostaria aqui, da tribuna da Assembleia, como fiz da TV canal 12, no programa Barra Pesada e no Salto Astral do Sul do Estado, fazer uma pergunta a Sua Excelência, Governadora do Estado, Suely Campos, com relação ao Crédito Social. São milhares e milhares de pessoas que querem pelo menos uma informação, porque, em tempos passados, milhares de famílias foram retiradas desse programa e agora a reclamação é com relação ao não pagamento conforme está no calendário do crédito social. São milhares de pessoas que, infelizmente, em um estado pobre, em um estado onde não tem emprego, em um estado que, considerando a cidade nova 1, 2, 3, 4 e 5 e o mutirão Amazonino Mendes em Manaus, é a mesma coisa, pois lá tem quase um milhão de pessoas só nesses bairros. As pessoas dependem do recurso, precisam desse dinheiro. Vocês podem até falar que é pouco cento e vinte reais, mas, para quem não tem nada, é muito dinheiro e pode ajudar muito. Então, as pessoas estão desesperadas querendo saber porque o crédito não está sendo pago conforme o calendário, se ainda vão pagar e como está a situação desse crédito social. Então, gostaria de levar isso ao conhecimento dos parlamentares da base do governo, se alguém quiser ajudar, para que deem pelo menos uma informação concreta e segura para o povo que depende do crédito social, milhares e milhares de pessoas. Dizem que ninguém do Governo dá nenhuma satisfação. Gostaríamos que, pelo menos, publicassem uma nota. Desde já, coloco o programa Barra Pesada à disposição do Governo para divulgar a nota e não precisa me pagar um real sequer. Como todos sabemos, para qualquer anúncio no rádio e na televisão, é preciso pagar, mas, no programa Barra Pesada, que é a ligação direta com o povo, não precisa pagar nada. Só quero, se possível, que façam uma nota para informar as pessoas dizendo que não vão pagar, talvez só voltem a pagar ano que vem, que é ano eleitoral e aí tudo fica bom. Então, é necessário esse tipo de informação ao povo cadastrado no crédito social. Então, abro espaço nos meus programas para o governo ou alguma autoridade do SETRABES, a Dra. Emília Campos, dar essa nota, sem ônus e sem custo de nada, porque, até o momento, o povo que depende e recebe o crédito social não está recebendo a importância que merece. O segundo assunto que me traz a esta Tribuna, eu já falei nos programas e aqui nesta Casa. Hoje vejo uma matéria no Jornal Folha de Boa Vista falando sobre um surto de catapora nas crianças do abrigo para venezuelanos. Não é só catapora não, mano, tem todo tipo de doença, que entrou no nosso estado, doenças venéreas e outras doenças mais, e já tínhamos feito esse alerta há pelo menos cinco meses. É necessário ter um controle e fazer um trabalho de vigilância sanitária, é preciso acompanhar isso tudo de perto. Só descobriram que tinha o problema da catapora porque alunos do curso de enfermagem da Universidade Federal de Roraima foram fazer um trabalho social. Então, aproveitando o que eu disse no passado e o que está estampado agora na Folha de Boa Vista, gostaria de pedir que as autoridades, não só as do estado como também as do município, fizessem um trabalho de investigação, porque, além da catapora, tem muitas outras doenças que já estão dentro dessa cidade e que só descobrem quando acontece alguma coisa. No caso, a universidade foi fazer outro trabalho e descobriu a epidemia de catapora em crianças, sejam venezuelanas ou indígenas. Então, é a catapora, é a doença venérea, a doença sexualmente transmissível. Na área policial, há os traficantes de órgãos que a gente já vem falando há muito tempo e ninguém liga, os bandidos que infestam a nossa cidade e a bandidagem tomando conta aqui. Pena que as autoridades

só tomam providências quando estoura alguma coisa, podendo fazer um trabalho preventivo. Obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais oradores inscritos no Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia com discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Requerimento nº 082/17, para destaque na votação do veto ao artigo 44, parágrafo único, do PLC nº 007/17, que “institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima, regulamentando o ingresso na carreira e dá outras providências”, constante na Mensagem Governamental nº 062/17, de autoria do Deputado Jorge Everton; Mensagem Governamental nº 052/17, de veto parcial ao Projeto de Lei nº 042/17, que “dá nova redação ao art. 2º, *caput*, e § 1º; revoga seus §§ 2º e 3º; e renunera seu § 4º da Lei nº 1.024, de 12 de janeiro de 2016”; Mensagem Governamental nº 060/17, de veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 010/17, que “altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 052, de 28 de dezembro de 2001, e na Lei Complementar nº 219, de 9 de dezembro 2013, e dá outras providências”; Mensagem Governamental nº 061/17, de veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 09/17, que “dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Roraima – RPPM, de que trata o art. 42, § 1º, *c/c* art. 142, § 3º, X, da Constituição Federal e dá outras providências”; Mensagem Governamental nº 062/17, de veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 07/17, que “institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima, regulamentando o ingresso na carreira e dá outras providências”; Mensagem Governamental nº 063/17, de veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 08/17, que “acrescenta e altera a redação da Lei Complementar nº 194, de 13 de fevereiro de 2012 (Estatuto dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Roraima), altera a redação da Lei Complementar nº 224, de 28 de janeiro de 2014, e dá outras providências”.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 016/17, que “acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 071, de 18 de dezembro de 2003, que institui a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado de Roraima, nos dispositivos que menciona, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em Conjunto possam analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 016/17.

(Suspensa a Sessão).

(Reaberta a Sessão).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental de Veto Parcial nº 061/17 ao Projeto de Lei Complementar nº 009/17 e do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dhiego Coelho** – (Lido o voto à Mensagem Governamental de Veto Parcial nº 061/17 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão, a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. Em votação. A votação será aberta, nominal e eletrônica. Votando “sim” os senhores deputados aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitam-na. Liberado o painel para votação.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Justificativa de Voto – Senhor Presidente, a bancada do governo orienta pela manutenção do veto.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Justificativa de Voto – Senhor Presidente, os deputados do G-11 estão livres para votar.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Gostaria que a equipe técnica destravasse meu voto no painel para que eu possa votar.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, Vossa Excelência não pode votar, a votação é aberta. O Presidente só vota em votação secreta.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Votação aberta, Deputado Chagas.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede Questão de Ordem – Somente em caso de empate, Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – De jeito nenhum, Deputado Chagas. Veto ao voto é aberto e o Presidente vota, Deputado Chagas.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede Questão de Ordem – É o que diz o parágrafo primeiro do artigo 23 do Regimento Interno.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Acabamos o voto secreto, Deputado Chagas. O presidente vota.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede Questão de Ordem – Presidente só vota, segundo o nosso Regimento Interno, em votação secreta, Presidente, ou em caso de empate. Parágrafo primeiro do artigo 23

do Regimento Interno, ainda há votações secretas.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Considerada a votação do presidente. A votação é não. Dou por mantido o Veto Parcial da senhora governadora ao Projeto de Lei Complementar nº 009/17, por 9 votos contrários, 8 votos favoráveis e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental de Veto Parcial nº 062/17, ao Projeto de Lei Complementar nº 007/17 e do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dhiego Coelho** – (Lido o voto à Mensagem Governamental de Veto Parcial nº 061/17e do parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Senhores Deputados, quero comunicar aos senhores que há um destaque na votação, apresentado pelo Deputado Jorge Everton, que diz o seguinte: o Deputado que a este subscreve, com amparo no artigo 164, parágrafo primeiro, inciso VIII, combinado com o artigo 192, 194, inciso VII, e 254, parágrafo 2º, todos do regimento Interno desta Casa, solicita destaque na votação do Veto ao artigo 44, parágrafo único, do PLC, nº 007/17, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Renumeração dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima, regulamenta o ingresso na carreira e dá outras providências, constante da Mensagem Governamental de Veto nº 062/17. Deputado Jorge Everton, Vossa Excelência pode explicar o destaque de votação em veto proferido no *caput* do projeto.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, eu fui o relator dessa matéria aqui, com relação ao veto, sentamos com a classe dos Agentes Penitenciários e, na hora de fazer o pedido da derrubada desse veto, foi feita a omissão. Eles esqueceram de nos orientar nesse sentido e passou batido, por isso, eu peço que a gente vote em destaque esse, mantendo o relatório do principal.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Então a orientação é votar no destaque para que a matéria se incorpore ao projeto?

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Esse destaque seria nesse artigo, derrubando o veto específico desse artigo.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – O que diz o artigo do qual trata Vossa Excelência? O artigo de que trata Vossa Excelência, o que fala? O que diz o artigo? O projeto está aqui. Vamos fazer a leitura do que diz o artigo. Então, primeiro, vamos votar o destaque do veto apresentado pelo Deputado Jorge Everton, que está em conformidade com o Deputado Jânio Xingú, sobre a votação dos Agentes Penitenciários. Vou ler novamente: o Deputado que a este subscreve, com amparo no artigo 164, parágrafo primeiro, inciso VIII, combinado com o artigo 192, 194, inciso VII, e 254, parágrafo 2º, todos do regimento Interno desta Casa, solicita destaque na votação do Veto ao artigo 44, parágrafo único, do PLC, nº 007/17, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Renumeração dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima, regulamenta o ingresso na carreira e dá outras providências, constante da Mensagem Governamental de Veto nº 062/17. Em discussão, o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, segue para a votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. Seguimos agora para o Veto Governamental. Solicito ao Deputado Dhiego que faça a leitura, já foi feita a leitura do voto. O voto é pela manutenção do Veto. Em votação, a matéria. Já votamos o Requerimento, agora vamos votar o destaque para incorporar no Veto.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Estou atrás de alguém que me explique. A Lei já diz que o regime de trabalho é de 12 por 36 horas, me parece que o destaque é que querem que as pessoas trabalhem um dia e folguem quatro dias.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Essa foi a Emenda que foi apresentada pelo Deputado Jânio Xingú. Em discussão, a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica, do Requerimento apresentada pelo Deputado Jorge Everton. Votando “sim”, os Deputados incorporam no projeto original e, votando “não”, a matéria deixa de existir. Em votação.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Justificativa de Voto - Peço à Bancada para votar não ao destaque.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Justificativa de Voto - Bancada do G-11 está livre para votar.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Ainda não foi liberado o painel. Aguardando o painel para liberação. Estamos aguardando o painel para a liberação. Liberado o painel para a votação do destaque apresentado pelo Deputado Jorge Everton, para inserir na matéria. Sim pela manutenção do veto e não pela derrubada do veto. Os deputados que concordam com a emenda apresentada pelo Deputado Jorge Everton, pelo destaque, votam “não”. Aqueles que discordam votam “sim”.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – É somente o destaque que nós estamos votando?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Sim. Somente o destaque, nós não entramos ainda no destaque, Deputada Aurelina. Dou por aprovado o Destaque com 17 votos “não”, nenhum contra e nenhuma abstenção. Evoluímos com o Projeto original, com a Emenda apresentada pelo Deputado Jorge Everton. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do voto do Relator.

O Senhor Primeiro-Secretário **Diego Coelho** – (Lido o Voto do Relator).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão, a matéria, não havendo nenhum Deputado que queira discutir, coloco-a em votação aberta, todos os vetos são abertos. Votando “sim”, os Deputados mantêm o Veto e, votando “não”, os Senhores Deputados derrubam o Veto. Lembrando que essa proposta original é aquela apresentada pelo Deputado Jânio Xingú, de 24 por 96 horas a todos os Agentes Penitenciários do estado de Roraima. Solicito liberação do painel para votação.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Justificativa de Voto-Senhor Presidente, se teve acordo nós vamos respeitar. Vamos votar pela derrubada do Veto.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Este Veto que estamos votando agora, se votar “sim”, os agentes penitenciários perderão os benefícios das 24 por 96 horas, votando “não”, eles receberão os benefícios, porque o Governo do Estado entendeu que eles não têm direito a esses benefícios, por essa razão, eles enviaram uma Mensagem, que é o que estamos votando.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Só queria entender... o meu Destaque foi para votarmos separado o artigo 44 e nós já votamos derrubando o Veto. Agora, estamos votando o relatório final, que passou pela CCJ, que foi acordado com os Agentes Penitenciários. Eu fui o Relator e os agentes penitenciários pediram que, no Relatório da CCJ, mantivessem o veto da governadora para que não fossem prejudicados. É um pedido da categoria que os Deputados votem pela manutenção do Veto. Eu não entendi muito bem, como Vossa Excelência, mas é um pedido vindo da categoria.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Jorge Everton, eu preciso entender essa matéria. A pergunta que faço aos Senhores Deputados é foi votado o Destaque apresentado por Vossa Excelência? Esse Destaque foi votado separado, a matéria já foi incorporada, ou seja, os Agentes Penitenciários já têm o direito das 24 horas por 96. Alguma dúvida disso no Plenário?

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede Questão de Ordem – Vossa Excelência encaminhou voto da seguinte forma, do Destaque do Deputado Jorge Everton: quem vota não rejeita o Destaque, e quem vota sim aprova o Destaque. Basta ver na gravação. Então, os Deputados votaram não. Rejeitar o destaque do Deputado Jorge Everton, essa foi a votação. Basta buscar a gravação do encaminhamento da votação.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – A primeira orientação, Vossa Excelência falou sim e, em seguida, Vossa Excelência corrigiu, porque o pedido do destaque foi para que fosse feito o artigo separado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Mesmo que tenha encaminhado errado, o que acontece com a votação em destaque? Incorpora ao projeto. E agora, nós vamos votar o projeto todo. Se aprovar por 13 votos a derrubada do veto, prevalece o destaque do Deputado Jorge Everton. Se não tiver 13 votos, não foi mantido o veto total.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, eu entendi também o pedido da votação do destaque. Da forma como o senhor encaminhou, o destaque não foi aprovado. A não ser que tenha havido um jogo de palavras para a gente entender de outra forma. Mas, na verdade, o que se votou foi contra o destaque. E queria dizer outra coisa. Na verdade, esse veto não faz ninguém perder direitos. O que eles querem é ganhar o direito de trabalhar 24 e folgar 96. Não existe isso ainda. Eu não vou defender, apenas esclarecer. Eu acho que, hoje, com a crise que se tem na segurança, você trabalha um dia e 70% ou 60% dos agentes não trabalham em presídio e folgam o resto da semana inteira. É isso que o projeto com a derrubada do veto vai dar aos agentes.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, o projeto está integral para a votação. Portanto, está concluso o projeto como um todo, porque nós não aprovamos o destaque do Deputado George. Então, está completo o projeto. Sim mantêm o veto e não, derruba-o.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Desculpe, Deputado Brito, eu não consegui entender o que Vossa Excelência falou.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Se nós votarmos sim, nós manteremos o veto da governadora ao projeto, de forma integral, porque nós votamos contra o destaque do Deputado George.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – O projeto apresentado pelo Deputado Jorge Everton foi derrubado em plenário?

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Com 16 votos não ao

destaque.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – O projeto apresentado e o destaque da votação do Deputado Jorge Everton foram votados em plenário não? Ou seja, foi negado o direito aos Agentes Penitenciários de terem 24 por 96 horas?

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Por 16 votos a 0, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Eu não entendo dessa forma. Eu sugeriria a Vossa Excelência que suspendesse a votação para que a gente pudesse analisar os áudios. O que foi feito aqui verdadeiramente para que a gente chegue a uma conclusão e não cause um prejuízo a uma categoria inteira.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Jorge, o Deputado Brito, no requerimento apresentado pelos Deputado Jorge Everton, foi aprovado simbolicamente na Casa, certo? Em seguida, nós evoluímos para a votação. Essa votação foi a votação do destaque apresentado pelo Deputado Jorge Everton. E ele teve uma votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Foram 16 votos não ao destaque.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, só para informar novamente, não teve destaque porque nós dissemos não ao destaque. Está incorporado no projeto e nós votamos sim ou não.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Não, mas ele foi incorporado pelo destaque.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Nós ainda não votamos o veto. Votamos apenas o destaque.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Brito, eu vou pedir para que a gente escute a gravação para saber realmente como foi feita a votação agora no plenário, porque eu confesso a Vossa Excelência que estou confuso em relação ao trâmite da votação, como ocorreu. Suspendo a Sessão para que a gente possa analisar.

(Dou por reaberta a Sessão).

Esclarecida e reaberta a Sessão. Os agentes penitenciários realmente têm o direito e todos os deputados, inclusive os da base, votaram pela manutenção, pela derrubada do veto. Portanto, prevalece a decisão do Plenário, prevalece a decisão proferida e aprovada no Plenário desta Casa.

Fica, portanto o Veto... Deputada Aurelina, a senhora tem todo o direito de falar na Tribuna, não tem nenhum problema, a senhora pode usar a Tribuna, Vossa Excelência não pode estar contra os agentes...

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu não sou participante, eu sou Deputada.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Vossa Excelência pode falar em qualquer lugar, eu lhe dou o direito. Vossa Excelência só não pode atrapalhar os trabalhos da Mesa. Eu coloco agora... Nós vamos agora... Veja bem o que é ponto pacificado na Casa. Senhores Deputados, uma atenção dos senhores para que não haja nenhuma dúvida. O Deputado Jorge Everton apresentou um Requerimento pedindo destaque na votação do artigo 44, que foi vetado pela senhora governadora. A senhora governadora disse o seguinte: Não, eu não concordo que os agentes penitenciários tenham a carga horária de 24 por 96 horas. O Deputado Jorge Everton apresentou o Requerimento, que foi votado simbolicamente, aprovado em Plenário e, depois, ele foi, conseqüentemente, levado ao conhecimento dos senhores deputados em votação aberta no veto e os deputados desta Casa, por unanimidade, votaram com o Parecer do Deputado Jorge Everton, ou seja, o Requerimento foi aprovado por unanimidade, prevalecendo o voto e o direito dos agentes penitenciários, dando a eles 24 por 96 horas. Este Requerimento já faz parte do Projeto original, ele não pode ser mais analisado. Nós vamos analisar agora a proposta do Projeto em tese, sem o artigo, porque o artigo já foi enfrentado em Plenário.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Só para eu entender, Deputado, nós vamos votar duas vezes o veto no mesmo Projeto, é isso?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – De jeito nenhum nós vamos votar, o destaque é uma coisa quando você pede destaque.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – O destaque é uma coisa e o veto é outra, era isso que eu queria entender, então não votamos o veto, nós votamos o destaque?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Nós votamos o destaque do veto. Preste atenção para a senhora entender, nós votamos o destaque do veto e o veto apresentado pelo Deputado Jorge Everton enfrentou a divergência da senhora governadora. Por essa razão, o Plenário decidiu que, por unanimidade, o veto deveria ser derrubado. No destaque apresentado pelo Deputado Jorge Everton, no artigo 44, isso é que foi aprovado no Plenário.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Não foi o que eu votei, Deputado?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Mas a senhora votou

equivocada.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu e mais 16 deputados votamos errado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Vossa Excelência, quando suspendeu a sessão, disse que iria verificar os áudios para tirar as dúvidas em função dessa polêmica toda, em razão do tema e do caminho que Vossa Excelência estava dando. Eu sugeri a Vossa Excelência que continuasse ouvindo os áudios para saber, de fato, o que foi colocado em votação e a forma como foi colocado em votação para dirimir toda e qualquer dúvida, porque eu cheguei a pensar que os dois tinham razão. Eu cheguei a pensar isso, cheguei a pensar que um lado tinha razão na discussão. Depois de ouvir o professor João de Carvalho, me convenci que o outro lado tinha razão. Agora, surgiu a dúvida de como foi colocada em votação. Vossa Excelência poderia, para dirimir, ouvir o áudio para depois tomar uma decisão final? É a minha sugestão.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Não há necessidade de ouvir os áudios contra os fatos apresentados no Plenário. Eu vou explicar novamente para Vossa Excelência. Deputado Jorge Everton apresentou um Requerimento, alguma dúvida disso?

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Isso eu já entendi, Presidente.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Eu só quero esclarecer para a gente ir contextualizando e vendo os pontos que podem ser negativos ou contra os argumentos apresentados pelos senhores deputados. O Deputado Jorge Everton apresentou um Requerimento.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Por essa lógica, Vossa Excelência tem razão e o Deputado Jorge Everton tem razão, por essa lógica têm razão. Pela lógica anterior, eu tinha entendido que o outro lado tinha razão, por isso que eles estão falando da dúvida de como foi colocada a votação, de como foi chamado para a votação e por isso que, ouvindo os áudios de como foi colocado em votação, é que, de fato, vai se saber como é que o Plenário votou.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Consulto o Plenário se devo acolher o pedido do Deputado Mecias de Jesus em relação, novamente, a discutirmos uma matéria que, na minha análise, é uma matéria preclusa, mas, se o Plenário assim decidir...

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Vossa Excelência encaminhou, pode até ter sido feito o destaque pensando em uma coisa, mas a votação foi de outra forma. Nas conversas aqui, nós dissemos não ao destaque, para que o Projeto se mantivesse incorporado ao Projeto original, como Vossa Excelência também entendeu. Vossa Excelência entendeu assim e depois alguém disse que não, surgiram as dúvidas e Vossa Excelência seguiu esse caminho. Então, o áudio vai dirimir todas as dúvidas. É mais coerente e mais correto.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Eu acho que ouvir o áudio vai criar mais polêmica. Daqui a pouco vai aparecer um deputado dizendo: agora eu quero perícia, é para a Polícia Federal periciar, porque eu não estou entendendo a voz. Então, o doutor João de Carvalho, que é uma pessoa dedicada aqui aos serviços legislativos, ele deu uma explicação plausível, que convenceu a todos no primeiro momento. Então, você vai ouvir o áudio, vai levantar mais dúvida, porque vai falar um e outro no áudio. Eu quero que faça agora uma perícia, porque isso não foi eu quem falou. O seu João de Carvalho disse que o destaque foi apenas para o artigo e que houve uma unanimidade e que, realmente, derrubamos o veto da governadora sobre aquele artigo, dando direito aos agentes penitenciários de trabalhar um dia e folgar quatro. E, agora, está se discutindo o mérito de todos os autos do processo que ela vetou, aí é uma votação geral. Mas, em relação ao veto, eu acho que não tem mais o que explicar, porque foi só um artigo que foi derrubado no veto, ela vetou um artigo que tratava especificamente desse assunto. Levantou uma Questão de Ordem pelo Deputado Jorge Everton que entrou com o destaque, esse destaque foi aceito no Plenário de forma simplificada, depois votamos no painel e derrubamos esse artigo, não tem nada mais o que discutir.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – É matéria preclusa, já foi votado, já foi aprovado com 16 votos contra o veto. Eu quero aqui até agradecer a bancada do governo por essa sensibilidade de votar a favor dos agentes carcerários do estado de Roraima. Foram 16 votos não, votando sim, mantinha o veto da governadora, e votando não, você derrubava o veto da governadora e esta Casa mostrou 16 votos não, ou seja, privilegiou o voto de 24 deputados. O Presidente vota agora a matéria, o Projeto na íntegra. Era isso, Presidente.

O Senhor Deputado **George Melo** – Eu quero parabenizar o Deputado Xingú, que ele ainda não tirou a camisa dele da oposição. Eu concordo que a gente já fez um trabalho exaustivo nessa questão, infelizmente ou felizmente, a bancada governista votou com os agentes, então não tem mais o que se discutir. Vamos evoluir, Presidente.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** pede Questão de Ordem – Só que eu acho que, como o Deputado Mecias falou, temos que tentar ouvir a gravação, apesar de acreditarmos em todos que estão aqui. Mas surgiu essa dúvida e, amanhã ou depois, se alguém achar que deve investigar, que deve procurar a justiça, por uma coisa que ficou inexplicável? Eu acho que ouvir as gravações, como disse o Deputado Mecias, seria uma coisa importante. Chamando a atenção, nada contra a categoria dos agentes penitenciários. A gente vive aí uma crise, uma bandidagem, os bandidos trabalhando 24 horas, o próprio governo avisa, precisa de policiais, precisa de agentes, e trabalhar um dia e folgar três ou quatro, eu acho que é uma coisa que não dá para gente entender, a não ser que contrate mais agentes penitenciários. Essa é a pura verdade que muita gente não fala, porque os agentes penitenciários podem ficar com raiva. Bandidos trabalham 24 horas e tem milhares de bandidos trabalhando, temos poucos agentes para trabalhar um dia e folgar 4, é uma coisa que não dá para gente entender, com todo respeito, com as ideias que foram apresentadas aqui.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Izaías apresentou suas considerações. Vamos evoluir para votação. Eu pergunto ao Plenário sobre o Requerimento do Deputado Mecias para ouvir o áudio com relação ao que foi apresentado aqui. Os Senhores Deputados que concordam com o que o Deputado está solicitando permaneçam como estão. Deputado Mecias, pode apresentar para Corregedoria.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, não tem nada a ver a Corregedoria, só quero dizer a Vossa Excelência que essa votação foi a mais hilária que já vi, no sentido de esta Presidência dizer: levantem-se, que esta Presidência não quer ouvir os áudios.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Esta Presidência não pediu isso. Esta Presidência apenas explicou aos Deputados, porque, hoje, excepcionalmente, por um equívoco, entendo que, ou por nossa equipe técnica ou por conta de um decreto que foi apresentado pelo Deputado Jorge Everton, ocorreu um desequilíbrio dentro da nossa votação, o que não é de praxe acontecer. Quero lembrar aos Senhores Deputados que nós vamos ler agora o que a Comissão de Justiça e Redação Final aprovou. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer da CCIJ.

O Senhor Primeiro-Secretário **Diego Coelho** – (Lido o Parecer).

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, só para lembrar do 44 que o senhor leu agora.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – O 44 não está mais em votação. Eu li o Parecer da Comissão de Justiça. Por favor, não vamos complicar o que já foi votado. O artigo 44 não é mais objeto de votação.

Em votação, o Veto da Mensagem dos agentes penitenciários. Votando “sim”, os Deputados mantêm o Veto e, votando “não”, rejeitam o Veto.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Encaminhamento de Voto – Peço aos Senhores Deputados que votem pela manutenção do Veto.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Encaminhamento de Voto. Peço ao grupo G-12 que votem “não” ao Veto.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Justificativa de Voto – Peço ao Deputado George Melo, reveja a posição, porque foi um pedido dos agentes penitenciários que mantivessem o Veto, por isso que a CCIJ votou sim, eu vou votar sim.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** pede Questão de Ordem – Deputado Jorge Everton, está havendo um equívoco. Eu, agora há pouco, estava reunido com a diretoria e não existe esse pedido de manter o veto da governadora. Existe um pedido para derrubar o veto.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito liberação do painel para votação. Dou por mantido o Veto Governamental com 06 votos sim, 08 não e nenhuma abstenção. Não havendo mais Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, quero informar que estamos nos deslocando via terrestre para participar da reunião do Parlamento Amazônico. Neste momento, também 20 lideranças indígenas estão se deslocando de ônibus para Manaus, para participarem de duas palestras importantes amanhã, na Assembleia Legislativa do Amazonas, proferidas pelo Presidente da Funai e outros membros do CPRM, que vão tratar das potencialidades minerais em terras indígenas da Amazônia. São eventos importantes do Parlamento Amazônico, onde vamos discutir assuntos de interesse da nossa região.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer uso de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, às 11h38min, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 27, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, George Melo, Izaías Maia, Jalser**

Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Odilon Filho, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.

ATA DA 2636ª SESSÃO, EM 27 DE SETEMBRO DE 2017.
54º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MASAMY EDA
(Em exercício).

Às nove horas do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima trigésima sexta Sessão Ordinária do quinquagésimo quarto período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido aos Senhores Deputados **Dhiego Coelho** e **Lenir Rodrigues** para atuar como Primeiro-Secretário e Segundo-Secretário *ad hoc*, respectivamente.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária que faça a leitura da Ata da sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Lenir Rodrigues** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dhiego Coelho** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

Ofício nº 366, de 20/09/17, da 2ª Vara da Fazenda Pública, relativo ao Processo nº 0909077-50.2009.8.23.0010.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei nº 118, de 11/09/17, de autoria do Deputado Mecias de Jesus, que “acrescenta dispositivo no Decreto nº 4.335-E, de 03/08/01, que consolida e regulamenta a legislação pertinente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, de que trata a Lei nº 53/93 e suas alterações supervenientes, e dá outras providências”.

Projeto de Lei nº 119, de 26/09/17, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, que “autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de ICMS para aquisição de arma de fogo, munição, colete balístico e blindagem veicular por policial militar, bombeiro militar, policial civil, agente penitenciário e guarda civil municipal, e dá outras providências”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 043, de 25/09/17, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, que “dispõe sobre a criação do Núcleo de Memória e Documentação do Poder Legislativo do Estado de Roraima”.

Proposta de Moção de Pesar nº 020, de 25/09/17, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, pelo falecimento do Senhor José Fernandes de Freitas, ocorrido no dia 18 de setembro do corrente ano, nesta capital.

Memorando nº 081, de 19/09/17, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 14 de setembro do corrente ano.

Memorando nº 016, de 26/09/17, de autoria do Deputado Naldo da Loteria, comunicando sua ausência nesta Casa Legislativa no período de 26 a 28 de setembro do corrente ano.

Memorando nº 078, de 26/09/17, de autoria da Deputada Angela A. Portella, informando sua ausência na Sessão Plenária do dia 26 de setembro do corrente ano.

DIVERSOS:

Ofício nº 302, de 25/09/17, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, com informações prestadas em relação à Indicação do Deputado Zé Galetto.

Comunicado nº AL020241, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Maria Maricelma de Oliveira Cruz, no valor de R\$ 3.980,00 (três mil novecentos e oitenta reais).

Comunicado nº AL020242, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor Leopoldo Campelo, no valor de R\$ 2.030,00 (dois mil e trinta reais).

Comunicado nº AL020243, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Índia Francisca da Silva Macuxi, no valor de R\$ 1.850,00 (mil e oitocentos e cinquenta reais).

Comunicado nº AL020244, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vovó Eurides, no valor de R\$ 3.390,00 (três mil e trezentos e noventa reais).

Comunicado nº AL020245, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Arco-Íris, no valor de R\$ 4.150,00 (quatro mil, cento e cinquenta reais).

Comunicado nº AL020246, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Aquilino da Mota Duarte, no valor de R\$ 4.790,00 (quatro mil, setecentos e noventa reais).

Comunicado nº AL020247, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jânio da Silva Quadros, no valor de R\$ 3.170,00 (três mil, cento e setenta reais).

Comunicado nº AL020248, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Carlos Raimundo Rodrigues, no valor de R\$ 8.080,00 (oito mil e oitenta reais).

Comunicado nº AL020249, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres de Escola Municipal de Ensino Fundamental, no valor de R\$ 8.910,00 (oito mil, novecentos e dez reais).

Comunicado nº AL020250, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professora Antônia Tavares da Silva, no valor de R\$ 7.730,00 (sete mil, setecentos e trinta reais).

Comunicado nº AL020251, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pingo de Gente, no valor de R\$ 3.660,00 (três mil, seiscentos e sessenta reais).

Comunicado nº AL020252, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Artur Cavalcante, no valor de R\$ 1.410,00 (mil, quatrocentos e dez reais).

Comunicado nº AL020253, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Maria Francisca da Silva Lemos, no valor de R\$ 7.130,00 (sete mil, cento e trinta reais).

Comunicado nº AL020254, de 14/07/2017, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Professor José Malheiros, no valor de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais).

Comunicado nº AL020255, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Francisco de Assis, no valor de R\$ 1.520,00 (mil, quinhentos e vinte reais).

Comunicado nº AL020256, de 14/07/2017, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Glemíria Gonzaga de Andrade, no valor de R\$ 13.060,00 (treze mil e sessenta reais).

Comunicado nº AL020257, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Delacir de Melo Lima, no valor de R\$ 6.640,00 (seis mil, seiscentos e quarenta reais).

Comunicado nº AL020258, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Criança Feliz, no valor de R\$ 3.910,00 (três mil, novecentos e dez reais).

Comunicado nº AL020259, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Cunhantã Curumim, no valor de R\$ 3.550,00 (três mil, quinhentos e cinquenta reais).

Comunicado nº AL020260, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Tia Linda, no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Comunicado nº AL020261, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Cantinho Feliz, no valor de R\$ 3.410,00 (três mil, quatrocentos e dez reais).

Comunicado nº AL020262, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Branca de Neve, no valor de R\$ 8.350,00 (oito mil, trezentos e cinquenta reais).

Comunicado nº AL020263, de 14/07/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Estrelinha Mágica, no valor de R\$ 3.970,00 (três mil, novecentos e setenta reais).

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dhiego Coelho** – Senhor Presidente, temos três oradores inscrito para o Grande Expediente, Senhores Deputados Izaías Maia, Deputado Jorge Everton e Deputado George Melo.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente eu retiro meu nome do Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dhiego Coelho** – Senhor Presidente, o Deputado Izaías Maia retirou o nome do Grande Expediente e os demais deputados estão ausentes do Plenário.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Passaremos, então, para a Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a verificação de quórum para a Ordem do Dia.

O Senhor Primeiro-Secretário **Dhiego Coelho** – Senhor Presidente, não há quórum regimental para deliberação das matérias constantes da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, já que não há quórum para a deliberação das matérias da Ordem do Dia, solicito o Horário de Liderança para usar a tribuna.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, amigos, senhoras e senhores colaboradores da Casa, bom dia a todos.

Senhor Presidente, pedi de Vossa Excelência o tempo de liderança somente para que houvesse hoje e a tempo a oportunidade de falar sobre um tema debatido ontem, aqui nesta Casa, através do líder do bloco, Deputado George Melo e também com aparte de outros deputados, sobre a questão de interdição do Matadouro Frigorífico Industrial de Roraima – MAFIR. Senhor Presidente, gostaria aqui de fazer justiça, pois muitas coisas ficam subtendidas quando se vem a tribuna deste plenário, e, muitas vezes, o parlamentar, por ouvir informações e não pesquisar de forma profunda, não deixa claro para a população e para a imprensa que divulga os trabalhos da Assembleia Legislativa para os nossos milhares de telespectadores, pois agora todas as sessões da Assembleia são transmitidas pela TV ALE. Enfim, gostaria de dizer aqui, por conhecimento, o que é o MAFIR, pois lá trabalhei por quatro anos. Por quatro anos fui gerente industrial do MAFIR e sei como funciona aquele órgão. Aqui foi dito que a governadora Suely Campos solicitou a saída do Serviço de Inspeção Federal – SIF, que é um selo de garantia dos produtos que ali são produzidos, sejam os próprios bois, as carcaças, pois os animais se transformam em carcaças, ou os subprodutos como a farinha de carne e osso, a farinha de sangue, o sebo, todos os subprodutos oriundos do abate bovino. Esses profissionais, que são do Ministério de Agricultura, que são do SIF e que fazem essa inspeção e ali eles atestam se o produto está ou não apto para o consumo humano. Vejam bem, antes de tudo isso acontecer, esses profissionais precisam que toda aquela estrutura esteja dentro do padrão, esteja conforme a legislação federal. Senhor Presidente Deputado Masamy Eda, o MAFIR tem mais de trinta anos de construção, aquela obra foi construída em uma época que se pensava, em Roraima, diferente, apenas como fronteira. Para Vossa Excelência entender, tem estruturas de câmaras frigoríficas que nunca sequer foram usadas. Parecia que foram construídas para armazenar alguma carcaça ou alimentos em uma época que não fosse de paz. Aquela estrutura é totalmente obsoleta e nunca mais, após a construção, Deputado Flamarion que foi governador sabe, Deputada Aurelina conhece, nunca mais foram feitos investimentos naquela estrutura, até porque foi bem construída. Imaginava-se que nunca o estado de Roraima, 30 anos depois, fosse ter uma estrutura pública, como o matadouro, prestando serviço ao povo de Roraima, pois é o único estado da federação brasileira que tem

um matadouro público prestando serviço à população. Isso acontece só em Roraima, aliás, têm coisas que só acontecem em Roraima. Imaginava que, em breve, a iniciativa privada tomasse conta, construíssem matadouros, frigoríficos, abatedouros e aí tomassem conta desse mercado que está em crescimento, mas o MAFIR ainda está de pé e funcionando.

O Serviço de Inspeção Federal, e aí não quero, Deputados, de forma alguma, criticar os profissionais que fazem parte do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, mas eles interditaram o MAFIR para abate. Eles interditaram. Foi a primeira ação do Ministério da Agricultura aqui no nosso estado que é comandado pelo Governo Federal, pelo PMDB e pelo Senador Jucá, foram eles que pediram a interdição. Após o ato de pedirem a interdição do MAFIR, aí a Governadora Suely Campos, orientada pelos próprios técnicos da Agência de Defesa animal, solicitou, de imediato, que fosse feita uma vistoria, já que o governo não tem condições de atender os 50 pontos determinados pelo Ministério de Agricultura. Pediu-se que o Serviço de Inspeção Estadual fizesse uma vistoria, se adequasse à legislação estadual para reabrir o matadouro frigorífico, porque ele é de utilidade pública e nós não podemos interditar. O SIF interditou porque as exigências são muito maiores, porque essas carnes vão para o estado do Amazonas, por isso o SIF tem uma exigência bem maior. A Governadora Suely, no sentido de reabrir aquela estrutura, de não deixar faltar carne na mesa, de atender os pequenos, os médios e os grandes produtores, foi quem pediu que o Serviço de Inspeção Estadual fosse lá para reabrir o MAFIR para atender aos produtores. Outra questão que foi dita aqui, Deputados, me permitam, foi injusto dizer que os grandes fazendeiros, pecuaristas que hoje têm o FRIGO10, pois são dez empresários que investiram quarenta milhões de reais, que eles pediram para a governadora interditar, não reabrir ou para um dia a governadora fechar o MAFIR, é mentira. É mentira, eles nunca pediram, eles nunca arquitetaram. Esse investimento de quarenta milhões de reais por esses produtores é para atender, em especial, a exportação. Eles não visam nem tanto o mercado local, mas é para exportar carne para outros estados da federação. Quero dizer para Vossa Excelência que aqui desta Tribuna, por conhecimento de causa, deixo claro que a Governadora Suely pediu o Serviço de Inspeção Estadual porque o Ministério da Agricultura interditou e não do contrário como foi dito aqui. A Governadora Suely tem compromisso com o setor produtivo, com o pequeno, com o médio e com o grande e jamais vai haver o fechamento do MAFIR, ele continuará aberto atendendo os produtores. E também, Deputado George Melo, meu amigo, quem disse, aqui, que os grandes produtores, aqueles que construíram o FRIGO10 estão maculando para que feche o MAFIR, ou qualquer outro matadouro no nosso Estado, não falou com a verdade. Tenho visto e ouvido repetidas vezes que eles querem, almejam que todos os matadouros já abertos continuem abertos, porque a concorrência é legal, o mercado é dinâmico e nós temos aqui, como foi dito, mais de dois milhões de consumidores de carne do estado do Amazonas, e esse é um dos pontos que será atacado pelo FRIGO 10. Esse frigorífico dos empresários que foram ontem acusados de manipular o fechamento do Matadouro Frigorífico. Então, eu reafirmo o Matadouro Frigorífico do Estado de Roraima, a governadora Suely tem compromisso de manter aberto sempre, para atender todos, não só os pequenos, mas todos que dele desejam fazer uso. Só para esclarecimento, Senhor Presidente. Obrigado.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Para fazer uso da palavra o Senhor Deputado George Melo com o tempo de 10 minutos.

Deputada Aurelina, a senhora chegou atrasada, o tempo que foi dado aqui, foi de liderança para os líderes. A senhora chegou atrasada e perdeu a sessão.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, usando o tempo de liderança, em primeiro lugar, quero dizer ao Deputado Brito Bezerra que quem falou dos grandes comerciantes que se apoderaram do mercado da carne foi o seu líder Xingú. Foi ele quem disse aqui quando estava defendendo a CODESAIMA, não foi dito por nós. A primeira coisa que eu quero deixar bem claro aqui é que eu responsabilizei, sim, a governadora Suely e mostrei o documento, que ela sim é o governo do mal. Ela sim patrocinou o desmantelo do MAFIR nos últimos três anos, quando colocou um representante da COPECARNE para ser presidente a CODESAIMA. Deixaram o MAFIR entregues às baratas para se acabar. E o que o MAPA fez? O MAPA simplesmente pediu que eles parassem 10 dias para colocar gás de amônia para arrumar as carretilhas que estavam quebradas, que não conseguiam segurar um boi. Não foi o intuito não, mas já pegando a carona, a sua governadora do mal, Deputado, tirou o SIF do MAFIR para penalizar o pecuarista. Nós temos pecuarista no plenário, temos o Deputado Marcelo Cabral, a Deputada Ângela, filha de pecuarista... e aquele MAFIR, que Vossa Excelência disse que é o único lugar do Brasil que o governo comanda, ajudou sim a pecuária deste Estado. Ninguém pode fechar os olhos para isso. Foi uma decisão acertada do Governador

Ottomar que, diga-se de passagem, eu nunca votei nele, mas teve os seus méritos e a gente tem que reconhecer. O MAFIR foi uma decisão acertada do Brigadeiro Ottomar Pinto, por quê? Porque naquela época, nós já tínhamos uma pecuária grande e não tinha empresário interessado, porquê? Por que tinha aftosa aqui no estado e nós não podíamos exportar. A carne de Roraima vem do Pará e exportada para Venezuela, Guiana, por quê? Porque o mercado interno não pode exportar. Agora, a governadora do mal, ela sabendo que em março seria aberto o alvará para Roraima, para vender carne para qualquer lugar do mundo, o que ela fez? Ela traiu os pecuaristas deste Estado agora vem com a cara de pau dizendo que vai fazer uma EXPOFERR. Para quê? Depois de apanhá-los, lá vem com essa história de fazer uma festa. Festa para quê? Ela tem que fazer o velório para enterrar os pecuaristas, foi o que ela fez. Vai pegar um selo agora da ADERR para o mercado interno, onde os pecuaristas locais, na hora de florescer a pecuária, ela enganou a todos, ela vendeu para um pequeno grupo de pessoas e nós vamos ser vassallos dela. Isso tem que ser. A Governadora não pode jogar a culpa no Senador Romero Jucá. Ela deveria agora era procurar a Senadora Ângela, Senador Telmário, Senador Romero Jucá e tentar reverter a bobagem que ela fez; a traição que ela fez. Essa é a verdadeira história da liderança. A Governadora traiu as pessoas e o Xingu confirmou ontem quando disse que ela entregou para meia dúzia de empresários. Quem disse foi ele, o seu futuro líder. E nós, infelizmente, tivemos que levar essa má notícia. Claro que não é bom dar má notícia às pessoas. Mas eu tinha que mostrar o documento para que não ficasse nenhuma dúvida. Essa é a verdadeira história. O Governo vai ter que reconhecer que traiu os pecuaristas deste estado. Reconhecer, ele reconhece, ele vai ter que pedir desculpas. Eu não acredito que a Governadora tenha humildade. Mas se bater um pouco de humildade pelos ares daquele palácio, que ela venha a público pedir desculpas aos pecuaristas. O que ela fez foi uma traição. E reafirmo com todas as letras neste plenário, visite, Governadora, tente fazer os pecuaristas entenderem que aquilo foi uma medida administrativa, como disse o líder ainda a pouco. Medida administrativa, uma ova, aquilo foi uma traição mesmo. Ela sim é o governo do mal. Eu queria, nesta manhã de hoje, encerrar as minhas palavras deixando claro que nós temos consciência - nós e o povo de Roraima - que mais uma vez esse governo agiu de forma familiar, pensando no umbigo da Governadora. Familiarmente, uma dúzia de pessoas controlar toda a carne deste estado, isso é um absurdo! Era o que eu queria deixar registrado nesta manhã de hoje. Muito obrigado e um bom dia a todos.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pediu uma Questão de Ordem – Eu queria apenas que na próxima sessão alguém me informasse, viesse o serviço de inspeção federal e explicasse, o que é SIF o que SIE e qual o poder que tem o Governo do Estado de mandar cancelar o SIF. Eu gostaria que alguém me respondesse. Não precisa ser hoje, pois não quero gerar polêmica. Só queria que o povo entendesse. O Serviço de Inspeção Federal não tem nada a ver com o estado. Mas eu queria que fosse explicado aqui na tribuna para tirar as dúvidas das pessoas.

O Senhor Deputado **George Melo** – Eu tenho o documento que a Codesaima pediu.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** – Registrado o pedido da Deputada Aurelina para a próxima sessão.

Passaremos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, em Explicações Pessoais, ouvindo o líder do bloco aqui hoje, o Deputado Brito e o Deputado George Melo, com a preocupação de deixar o nosso estado, o MAFIR em funcionamento, e vejo a Deputada Aurelina, que é veterinária formada, falando de SIF. Realmente, o Governo não tem o poder de tirar ou colocar o SIF. Não tem mesmo. Mas ele tem o poder de organizar o MAFIR para receber o SIF. Aí é que está a diferença. Ela tem o poder de organizar, de preparar, de qualificar, o Matadouro Frigorífico de Roraima para receber o SIF. E é verdade isso. Ela não tira nem coloca o SIF, realmente, mas tem que adequar as instalações daquele frigorífico para fazer a inspeção, aí sim, ganhar o SIF. Ou seja, o governo está deixando de investir, de adequar e melhorar as instalações do MAFIR. Aí é que está a culpa e o desmando do governo, que não está adequando e melhorando a situação do MAFIR para ficar e receber o SIF. Era isso que eu queria falar, Presidente. Muito obrigado e um bom dia a todos.

O Senhor Presidente **Masamy Eda** - Só para registrar as ausências de alguns Deputados que estão em Manaus na reunião do Parlamento Amazônico. Devido a isso, o quórum não está completo.

Não havendo mais nada a tratar, às dez horas e quatro minutos, encerro a Sessão e convoco outra para o dia 27, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, George Melo, Izaías Maia, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Odilon Filho e Valdenir Ferreira.**

DAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA 'ENERGIA PÚBLICA EM RORAIMA' DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE, REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2017

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – São 10 horas e 15 minutos, bom-dia a todos os presentes. Sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Audiência Pública, solicitada pelo Requerimento nº 006/17 de minha autoria, para discutir um dos grandes problemas do Estado de Roraima, que é a energia elétrica. Eu gostaria de pedir a presença dos Deputados que fazem parte da comissão, se tiverem em seus gabinetes: Deputado Jorge Everton, Flamarion Portella, Odilon Filho e Evangelista Siqueira. Convidamos, para compor a Mesa, o Senhor Corregedor do Tribunal de Justiça, Desembargador Mauro Campello. Eu gostaria só esclarecer que o trabalho que vai ser feito será rápido, sucinto, sem muita burocracia e sem muita dificuldade, tudo facilitado para que possamos entender. Tudo o que estiver sendo feito aqui será gravado. E, posteriormente, eu colocarei nos meus programas de rádio e televisão e mostrar àqueles que estão preocupados com o Estado de Roraima. Gostaria, também solicitar a presença, para fazer parte da Mesa, do Senhor Doutor Anselmo Santana Brasil, diretor-presidente da Eletrobras, Distribuição/ Roraima. E gostaria, também dizer que várias outras autoridades foram comunicadas, convidadas, mas algumas, por seus afazeres, por seu trabalho, não puderam comparecer, e outras, com relação à energia, talvez por não terem compromisso com o Estado de Roraima. Povo aqui presente, demais autoridades, Desembargador Mauro Campello, que, além de Desembargador, é um grande amigo de longas datas. É um prazer recebê-lo aqui, sempre preocupado com os problemas do Estado de Roraima. Eu agradeço de coração a sua presença. Meu querido Doutor Anselmo, que é diretor-presidente da Eletrobras Distribuição/Roraima, que, na minha opinião, é uma das presenças mais importantes, porque vai dar explicações para o povo que está aqui. Está sendo tudo gravado e será levado ao conhecimento da sociedade, através dos programas de rádio e televisão, o que for dito aqui. Bom dia, Doutor Anselmo, é uma satisfação recebê-lo aqui. Meu querido Deputado Naldo, também, aqui presente. O nosso trabalho era rápido, sucinto, para que o povo, principalmente o mais humilde e necessitado, que enfrenta sérios problemas possa entender o que está acontecendo. Doutor Anselmo, é uma satisfação recebê-lo aqui.

O Senhor **Anselmo Santana Brasil** - (Diretor-Presidente da Eletrobras, Distribuição de Roraima) – Bom dia! A satisfação é toda nossa. Estamos aqui à vossa disposição para esclarecer todos os questionamentos que forem colocados. O Senhor Deputado Izaías Maia – Muito obrigado! Meu querido Desembargador Mauro Campello, mais uma vez, obrigado pela sua presença que, apesar da correria e dos afazeres que o Senhor tem na justiça, está aqui. Em nome do povo, eu agradeço a sua presença.

O Senhor Desembargador **Mauro Campello** – Estou aqui representando a Desembargadora Elaine Bianchi, que é a presidente. Nosso bom dia à Mesa, amigo Izaías Maia, nosso Deputado atuante. A população aqui presente. O Tribunal de Justiça participa desta Audiência Pública para trazer algumas preocupações na busca de uma energia mais pura, mais estável, mais barata e que possa alcançar todo o interior do estado. Com os problemas que nós temos nos fóruns, muitas vezes, os juizes em suas audiências, quando a energia cai, é uma confusão doída, consequentemente, as ações que são propostas na justiça são contra as empresas que fornecem energia. Antigamente era contra a CER, que absorvia a energia no interior do estado, e agora é a BOVESA que faz esse trabalho. Então, é importante a participação no Tribunal, e a Desembargadora Elaine pediu, em virtude de uma agenda apertada dela, que eu estivesse aqui presente para ouvir e também trazer algumas preocupações do Judiciário de nosso Estado.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Muito obrigado, Desembargador Mauro Campello. Os pontos que eu gostaria apresentar aqui, lembrando que o povo vai acompanhar pela televisão. Nós recebemos a energia da Venezuela. Uma grande parte do Brasil vem da Venezuela. A informação que chega, através dos meios de comunicação aqui nos jornais impressos, o Estado de Roraima deve alguns milhões de reais para a Petrobras Distribuição. A tensão na Venezuela é muito grande, onde venezuelanos estão se matando. A informação que se tem é que autoridades daqui não estão dispostas, no momento, a irem para a Venezuela por causa do perigo que possa vir a enfrentar, de guerras, de bombardeios. O Presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, chamou o nosso Presidente, se alguém tem a ilusão que ele vai nos ajudar, não vai, pois ele chamou o nosso Presidente de filho de ditador. Isso está gravado e já foi levado aos meios de comunicação. Nicolas Maduro diz que não tem recursos para fazer a manutenção do Linhão de Guri. É uma forma de ele cortar a energia daqui,

alegando que não tem condições de fazer a manutenção. O Senhor Porfirio, indigenista que apoiava os Waimiris/Atroaris, não concordava com a colocação da energia de Manaus para cá, do Linhão Nacional de Tucuruí, morreu. Os índios estão tristes, não querem conversar sobre a energia. Só quando passar a dor dos Waimiris/Atroaris é que eles voltarão a conversar sobre o Linhão Nacional de Tucuruí. Nicolas Maduro está armando a população que o apóia para enfrentar aqueles que não apóiam o governo, além do exército venezuelano, 124 mortes já foram registradas nessa luta interna dentro da Venezuela. Os cortes de energia acontecem em todo o estado, prejudicando não só as médias e grandes empresas como fabricantes de picolé e dindim. Essa é a real situação. E eu, sempre, nos meus programas de rádio e de televisão, pedia que alguma autoridade comparecesse para dar uma explicação para o povo que vive no desespero com os cortes de energia. E aí eu pedi que tivessem nesta Audiência Pública duas das autoridades que eu considero, nesse caso, respeitando todas as outras. Meu querido doutor Anselmo, que está tomando conta desse problema e representando a justiça, aqui, a Doutora Elaine, e todas as autoridades do Tribunal de Justiça. Meu querido Desembargador Mauro Campello. Antes das explicações do Doutor Anselmo, meu querido Desembargador Mauro Campello, diante do que eu falei aqui, está conforme escrito na imprensa e veiculada quase que diariamente sobre este cidadão, além de ser uma autoridade do Tribunal de Justiça, eu pergunto: o senhor acredita que esse problema pode ser resolvido? Vou lhe explicar. Aproximadamente, dos treze, bilhões de reais, que foram, distribuídos para o Setor Energético do Brasil, não recebemos um centavo. Não sabemos o porquê, ou o mundo político na área federal estava sabendo desses recursos para ampliação e criação de parque energético. Não recebemos o dinheiro e não vemos uma explicação que possa acalmar o desespero de nosso povo. Mas eu tenho fé que a solução vai chegar. O Senhor, que está dentro da área da justiça, falou, que há muitas reclamações, o senhor acredita numa solução para esse nosso problema?

O Senhor Desembargador **Mauro Campello** – Com certeza. Temos que acreditar que isso vai acontecer e acredito que na própria Bovesa com o Anselmo há um planejamento, existem ações propostas para que a gente possa interligar ao programa nacional em Roraima, que parece que ainda não se encontra interligado ao sistema nacional. Então, a gente precisa fazer essa interligação, já que não podemos construir mais hidrelétricas, pois as áreas já são demarcadas, e isso impossibilita o próprio estado a produzir sua energia. Nós temos que trazer a energia de outras regiões. E nada como uma negociação com as comunidades indígenas para poder passar as torres, as linhas. Enfim, tudo é possível, a gente não pode pensar que os índios estejam completamente fechados a esse diálogo para essa abertura. Então, é necessário que o Governo Federal, pois isso passa e perpassa muito mais pelo Governo Federal, a implantação desse sistema de interligação para abastecer o interior do estado. Isso faz com que também as forças políticas do estado, a nossa bancada federal se unam junto com a Assembleia Legislativa e suas Câmaras Municipais e façam uma caminhada ao Planalto, levando mais uma vez essa reivindicação. Me parece que na época, o Presidente Jalsler esteve com uma comitiva, houve um compromisso, na época o Vice-Presidente era Michel Temer, que hoje é o Presidente da República, para fazer essa interligação do sistema de Roraima ao sistema nacional. Eu só queria fazer uma análise mais política da questão de Guri, que não foi levada aqui no momento. Eu acho meio difícil o Maduro não dar essa manutenção porque é uma fonte de arrecadação de dólares para a Venezuela o pagamento dessa energia. Eu não acho que ele vá cortar a energia porque é a forma que ele tem de receber ainda algum dinheiro, já que os americanos fecharam as torneiras. Então, eles têm que buscar recursos de outra forma, e essa é uma forma de eles fazerem a arrecadação. Então, esse é o fator primordial para que a gente possa levar ao Presidente da República esse tema. O Maduro vai desligar? O problema não é esse. Nós temos que estar ligado ao sistema nacional. É uma questão de segurança nacional mesmo. Nós temos que estar ligados ao nosso sistema mesmo do que ficarmos dependendo e comprando energia de outro país. Ainda mais para a capital. Estamos comprando para Boa Vista. Se não me falha a memória, essa energia abastece mais a capital enquanto o interior fica desguarnecido, utilizando termoeletrica, que é uma energia cara, suja, poluente, que exige manutenção e, muitas vezes, os geradores estão em áreas indígenas e as dificuldades para contratar pessoal, tem que ter uma data especial, fora a licitação, porque na comunidade indígena você tem que ter autorização do Tuxaua, tem que negociar quem vai trocar os geradores lá. Quem indica as pessoas? Quem é que paga essa conta também lá da energia? Alguém tem que pagar essa conta no fornecimento gratuito desse diesel, vamos dizer que esse óleo vá para as comunidades indígenas. Então, é importante a Audiência Pública para que a gente possa, todo mundo, falar a mesma linguagem. Chega um fala sobre uma coisa em Brasília, chega outro fala outra, e aí o presidente aproveita a situação e

não faz nada. Nós temos que sair daqui unidos, não é bandeira partidária, política, é algo de gestão para o futuro realmente deste estado aqui. Então, garanto que a Bovesa tem esse planejamento, eles são técnicos, estão estudando, vamos ouvi-los, eu acho que é importante ouvi-los para saber qual é o projeto que eles têm para que a gente possa dar a nossa opinião e aderir esse projeto com as nossas ideias também e as ideias da sociedade. É pena que não tenha representantes aqui das comunidades indígenas, que seria muito importante na Audiência Pública a gente ver também aqueles que estão diretamente ligados com essa energia que, querendo ou não, vai ter que levar para eles também, passar por lá. Não sei como é o nome certo, se é rebaixamento, mas é para distribuir naquela região em que estão as comunidades indígenas. Então, é importante esse debate com os tuxauas com as suas lideranças para que a gente possa falar a mesma coisa.

O Senhor Presidente **Izaías Maia**- Desembargador, falando em justiça, quando o senhor fala da justiça, das autoridades, Desembargadores, Juizes, a justiça também está atenta a esse problema?

O Senhor Desembargador **Mauro Campelo** – Com certeza. O Ministério Público do Estado volta e meia está propondo ações contra as empresas, pedindo a melhoria da qualidade da energia, que chega em Alto Alegre, no Bonfim, em São Luís porque volta e meia a energia cai, fica sem energia, passa um dia, dois, sem energia. Como você disse, o picolezeiro que precisa congelar o seu produto fica dois dias, e quando ele abrir o freezer dele o produto se foi, a carne, enfim. Então, não só o grande de Boa Vista, mas no interior tem os pequenos que precisam da prestação de serviços e necessita da energia. Também os Hospitais, os Postos de Saúde, o Poder Público, como um todo, não só a iniciativa privada, mas também o poder público que presta os serviços essenciais à população. Então, há a necessidade de, realmente, a gente ter uma energia mais estável, pura. Outro dia estava lendo o jornal, na matéria o Samuel disse que a energia, comprada na Venezuela, sai mais barato do que quando a gente interligar. Parece que foi isso. Saiu no jornal, não sei se é verdade. Então, até isso nós temos que examinar. De repente, vamos interligar, a energia aumenta e a população vai ficar doida perguntando quem mandou fazer isso. Seria melhor que a população olhasse o bolso para ver o que é mais barato. É preciso a ouvir quem entende: os técnicos. A gente traz as nossas reclamações, mas quem entende do assunto é quem está ali, à frente da pasta. E eu acredito muito num planejamento estratégico. Se a gente não criar um planejamento estratégico e for montando isso, nada vai adiantar. Vai sair o Samuel, vai entrar outro e nada acontece. Então, a gente precisa traçar um planejamento estratégico e executar isso. Essas são as palavrinhas da moda. Qualquer gestor aqui na Assembleia, se não tiver planejamento nada vai acontecer. Nós temos quase 30 anos de estado, precisa, pois definir realmente a energia deste estado, que é o suporte do desenvolvimento de qualquer estado ou qualquer país que passa por essa questão energética. Então as pessoas reclamam. É que eu não trouxe aqui as relações, por que caiu a energia, queimou o freezer ou a televisão. Uma vez enquanto eu estava dormindo, a televisão pipocou, eu tomei um susto, porque a energia caiu e quando voltou o disjuntor não segurou e queimou a televisão. E quantas pessoas estão passando por isso? Essas reclamações chegam ao consumidor lá da empresa. A gente precisa rever. Quando cai a energia de Guri, quanto tempo demoram esses novos parques montados para ligar. Mas a energia volta e não dá tempo das máquinas começarem a fornecer a energia porque ela voltou. Mas você ficou meia hora, vinte minutos sem energia, causando prejuízo. A cidade, à noite, se apaga toda. Então, são preocupações, e nós temos que resolver isso imediatamente. É como a questão fundiária, temos que resolver também. Então esses são dois pontos fundamentais para o Estado de Roraima poder entrar no cenário nacional, como um estado produtivo, de desenvolvimento e que traga investimentos. Ninguém vai investir onde não tem título definitivo e não tem energia. Como é que você vai produzir? Como é que o agronegócio vai chegar? Como é que a pecuária vai chegar? Como acontecerá a indústria de minérios, que querem implantar com o novo código de mineração para trazer para cá, poderá vir se a gente não tem uma energia confiável? Então, isso tudo passa pelo desenvolvimento. As forças, as lideranças têm que esquecer a bandeira partidária, ideológica e caminhar para um projeto de estado e não de governo. Governo é algo passageiro, mas estado é algo permanente. E energia é algo permanente. É isso que nós temos que ter em mente.

O Senhor Presidente **Izaías Maia** – Passo a palavra ao meu querido Deputado Naldo da Loteria, que faz parte aqui da Mesa também.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Bom dia a todos. Quero, primeiro, parabenizar o Deputado Izaías Maia pela iniciativa deste tema tão relevante, que é a energia elétrica para nosso estado. Quero aqui cumprimentar o doutor Mauro Campelo, representando o Tribunal de Justiça em nosso estado: cumprimentar o Doutor Anselmo Santana, representante da Eletrobrás/Distribuição. Essa é uma preocupação de toda

a população, que está apreensiva com essa situação da Venezuela. Sabemos que a Venezuela passa por uma crise institucional, mas também confiamos que nós precisamos da energia, pois a Venezuela precisa também dos dólares dessa energia. Eu estive em Brasília no mês passado, estivemos com o presidente da Funai que vai estar agora dia 26 e 27 de setembro com os índios Waimiri/Atroari. E, segundo o presidente da Funai, ele vai sair de lá com uma solução para a questão da continuação da construção do Linhão de Tucuruí. O presidente da Funai deu a sua palavra, ele vai estar lá. Inclusive, nós, aqui da Assembleia nos comprometemos. Ele disse que essa vai ser uma conversa de índio para índio. Ele foi indicado pelo Presidente Michel Temer, justamente para falar a língua indígena. Estamos confiando muito. Agora, dia 26 sai uma solução. Saindo uma solução, eu não sei se serão dois dias ou mais para a construção desse linhão. Mas, pelo menos, se continuar a obra, a gente sabe que vai sair. O maior problema da população, hoje, são pessoas de baixa renda, que quando têm seus equipamentos danificados nem todas as vezes conseguem ser ressarcido pela empresa de distribuição de energia aqui. Às vezes, o cara não tem a nota fiscal ou outra coisa, mas a empresa sempre se defende para indenizar o menos possível. A empresa não está lá para indenizar todo mundo, não, está para economizar. A ordem é economizar e não indenizar. E sabemos também, Doutor Mauro Campelo, o Izaías sabe que nós já vivemos muito tempo aqui no estado com energia da termoeletrica. E, hoje, Guri, com as falhas que tem, não chega nem perto, se a gente voltar de novo a depender da termoeletrica. As termoeletricas precisam de mais manutenção, dão mais falhas. E sem falar, se por acaso, hoje houver um desligamento dessa energia, as usinas não têm estoque de óleo diesel para fazer a interligação da energia necessária para o nosso estado. Então, eu queria pedir para o Doutor Anselmo fazer um esclarecimento para que a população tome pé da situação, hoje, como se encontra o setor elétrico do nosso estado. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Izaías Maia** - Muito obrigado, Deputado Naldo. E eu deixo aqui o espaço aberto para o Desembargador, se quiser fazer alguma pergunta ao Deputado Naldo para o responsável da Eletrobrás, porque nós sabemos das dificuldades e dos problemas que o Brasil enfrenta. Doutor Anselmo, eu queria lhe agradecer de coração, em nome do povo do Estado de Roraima, porque as suas palavras podem servir de alento para o nosso povo, pois o senhor tem conhecimento da verdade. Doutor Anselmo, bom-dia e, mais uma vez, muito obrigado. Quero registrar a presença da Deputada Lenir. Um grande abraço e obrigado pela presença. Os outros Parlamentares estão resolvendo problemas particulares. Doutor Anselmo, a pergunta que lhe faço e abro espaço para os que estão aqui presentes fazerem também, é a pergunta que o povo nos faz. Existe a possibilidade desse Linhão Nacional de Tucuruí, apesar de todas as dificuldades, chegar ao Estado de Roraima? Nós sabemos dos problemas, as empresas não quiseram continuar a obra, querem indenização, mas existe essa possibilidade? É uma esperança que temos que continuar tendo. Fique à vontade e bom-dia.

O Senhor **Anselmo Santana Brasil** - (Diretor-Presidente da Eletrobrás, Distribuição de Roraima) – Bom dia a todos da Mesa. É com grande satisfação que eu venho até aqui. Me alegrei muito, Desembargador, Deputados, com o notório conhecimento de Vossas Excelências. O Desembargador versou sobre o problema energético com bastante propriedade, desde a situação indígena até a linha de transmissão de Manaus para Boa Vista. Realmente, me surpreendeu o conhecimento de Vossa Senhoria nas questões, até talvez do sofrimento histórico que existe aqui no estado. Todos têm esse conhecimento. Mas, Deputado, nós temos uma apresentação, eu tive o cuidado de montar na empresa. Não sei se o senhor gostaria que a gente apresentasse, com os números da empresa. Ai, ao longo da conversa, vamos fazer essas colocações. O que os senhores colocaram aqui foi extremamente pertinente e preocupante, digamos assim. Eu não sei como é. São slides com informações. Eu separei o sistema Roraima, a nossa área de atendimento, as ações relevantes, recursos aplicados, eu vou falar nas considerações finais sobre esse tema. Aqui está exatamente como é que a gente depende do fornecimento em Boa Vista, da Corpoeletrica, que é a empresa venezuelana, que seria a Eletrobrás deles, abastece a Eletronorte, que repassa para a Eletrobrás, Distribuidora/Roraima e nós distribuímos para Boa Vista e as duas linhas de transmissão: uma em direção ao Bonfim e outra em direção ao centro sul do estado, que é Rorainópolis. E passamos a ter a prestação do serviço do interior a partir do dia primeiro de janeiro de 2017. Aqui é um pouco sobre o estado, uma área de 224 mil quilômetros quadrados com uma população de 522 mil, segundo o IBGE de 2015. E temos no estado inteiro 128 mil consumidores residenciais, e industriais: 471. Vejam só, o nosso mercado no estado é residencial. Nós só temos 471 indústrias ligadas ao nosso sistema. Isso é uma coisa que não é muito boa do ponto de vista empresarial. Eu separei a cidade de Boa Vista, numa população estimada de 332 mil, uma densidade demográfica de 58,4 consumidores por quilômetros quadrados aqui em Boa

Vista. E olhando para o interior eu tenho 2,3 consumidores por quilômetro quadrado. 15 municípios para atender uma população de 522 mil. No quadro seguinte, eu vou ter uma comparação interessante. Eu tenho uma potência instalada de energia aqui em Boa Vista de 216 megawatts. Vou explicar isso um pouco mais à frente, um consumo anual de 52 milhões de litros de óleo diesel. No interior eu tenho uma potência instalada de apenas 12,6 megawatts, sete milhões e meio de litros por ano e 57 usinas em comunidade indígena, num total de 71 usinas no interior. Olhem, que coisa interessante! antes só Boa Vista tinha 3.600 quilômetros de rede no âmbito da Boa Vista Energia. Quando a gente pega o interior, nós temos 8.990 quilômetros de rede. Só a nossa quilometragem de rede, assumindo o interior, aumentou 250%. Minha relação de unidade consumidora por quilômetro quadrado diminuiu 84%. Essa densidade é interessante, porque quando eu vou fazer uma ordem de serviço, como está agrupado, eu já faço dois ou três serviços aqui. No interior, não, tem que andar 30 quilômetros para atender um. Então, isso são custos pesados. Isso é só para entender o tamanho do sistema que a gente está mexendo. Aqui está um pouco da distribuição, nós temos as usinas aqui no Distrito, Monte Cristo e Floresta, e as linhas de transmissão, que saem para o centro sul, como eu tinha falado, para Caracarái, Rorainópolis, Caroebe, São Luiz. E é outra que vai em direção ao Bonfim. Então, nós podemos ver por aí o seguinte: na hora em que falta energia em Boa Vista, é evidente, como estão os dois centros que estão interligados em 69 KV, vão faltar também, porque sai uma linha de transmissão daqui para Bonfim, e sai outra para Rorainópolis. Se falta aqui, falta lá também, não tem jeito. Isso é uma coisa que a gente vai melhorar no futuro. São poucos no nosso esquema de distribuição. Este gráfico, aqui, é interessante e vai responder muita coisa quando a gente questiona sobre o atendimento de Boa Vista. Nós temos uma área de mercado que fica estudando o que está acontecendo, **Al-Futtaim**, que aconteceu, o histórico, e projeta o que vai acontecer. Então, eu tenho em vermelho a carga realizada, o quanto que eu precisei de energia no mês de janeiro, fevereiro até agosto. Setembro, nós vamos realizar ainda. Então, a linha azul é a minha projeção de mercado, e em vermelho é o que foi realizado. Olha só, que coisa interessante! O nosso mercado acerta quase que plenamente. Só que no mês de agosto, nós erramos um pouquinho. E na linha verde é o quanto eu tenho de energia disponível. Se a linha verde ficar baixa, é sinal que estou racionando. Então, olhem só a previsão e o quanto nós temos de energia disponível. Só em agosto, eu precisei de 182 e eu tinha de reserva 215 para atender 182. Isso eu estou falando sem a Venezuela. A Venezuela não está nessa conta, não. Outra coisa interessante, o Desembargador colocou com muita propriedade. Nesta semana mesmo, nós ficamos estudando todos os cenários possíveis. Com a Venezuela, sem a linha de transmissão de Manaus, sem a nossa usina maior de Monte Cristo. Enfim, todos os cenários possíveis, nós ficaremos estudando nos próximos cinco anos. O programa roda para 10 anos, mas eu acho muito mais inteligente estudarmos o cenário para cinco anos. E, aí após dois anos ou dois e meio, nós observarmos o realizado e reprojeto mais cinco anos, a partir do ano dois e meio de estudo na frente. Nós estamos falando de futuro. Isso aqui é feito conosco e com o Governo Federal. Existe a preocupação, e eu já estou autorizado a contratar mais energia de uma reserva mais confiável no futuro, a partir de 2018. Portanto, eu já vou contratar mais reserva para colocar aqui no estado. A sua colocação é a mesma que a minha, Desembargadora, eu acho que nós estamos presos à Venezuela pelo lado comercial. Eu estou realmente em contato para fazer uma visita à Corpo-elétrica, a empresa deles. Eles não sabem fazer manutenção na linha de alta tensão. Então, a linha está funcionando por funcionar. Nós temos ainda uma questão em Pacaraima, que nós compramos a energia deles também, e eles cortaram. Eu preciso sentar com eles, realmente. Só que a Corpo-elétrica é do lado do Palácio do Governo em Caracas. Então, eu estou tentando trazer a reunião para Puerto Ordaz, num lugar mais confortável para nós. Nós estamos interessados em trazer uma solução técnica para o problema do desligamento na Venezuela. Vou falar uma coisa interessante: dos 22, nós tivemos 25 desligamentos este ano, aqui. Dois, foram responsabilidade da Eletrobrás com um problema na nossa subestação, que foi corrigido. Um, causado por uma cobra que subiu na linha de transmissão e fechou o circuito. Foi numa madrugada, há um dois meses e meio, mais ou menos. Numa madrugada, de sábado para domingo, ela viu um pássaro, subiu de madrugada e fechou o curto. Morreu ela e o pássaro, e nós ficamos sem energia. E os outros 22 foram na Venezuela, na região de Las Claritas. Para todos eles, a alegação foi descarga atmosférica. Então, existe, com certeza, uma solução técnica para o problema que amenize essa situação. E, por conseguinte, vai nos dar um conforto aqui em Boa Vista. Então, eu quero levá-los ao nosso conhecimento nessa área de manutenção para ver se a gente chega em uma situação de oferta de serviços, numa situação mais confortável. Eu ainda não fui atrás deste problema, exatamente, por não saber nem com quem falar, onde

entrar e se volta de lá. Mas, vou fazer isso. Estou fazendo um esforço porque, realmente, é muito desconfortável essa situação que enfrentamos com essas interrupções. Eu gostaria de explicar um pouco mais com detalhes na frente para o os senhores entenderem. Aqui está um mapa elétrico do estado, que a gente já fez com o atendimento que nós temos; uma parte isolada no Sul do Estado que a gente está também com uma previsão de uma solução, o norte, enfim, todo o nosso termoeletrico. Nas subestações que nós temos, nas linhas de transmissão, é uma coisa mais ilustrativa. Ao assumir a prestação de serviços, nós dividimos o estado para o melhor atendimento, em que colocamos equipe com carros modernos, que estão lá em Amajari. Fizemos a regional Boa Vista, Mucajái, Baliza e Rorainópolis. Foi mais uma divisão interna, colocamos um gerente em cada um para tomar conta. Modificamos muito o atendimento. Todas essas regionais têm praticamente vida própria para começar a atender o interior do estado. E quando há uma grande necessidade, a gente manda as equipes também de Boa Vista. Aí, é um serviço de manutenção existencial que a gente está fazendo no interior. Um grande problema que nós temos nas linhas que atendem ao interior do estado: nas linhas de 69 KV é a grande quantidade de mato na rede da floresta, de árvores em crescimento. E quando há uma interrupção nas linhas de 69 KV, realmente atinge a cidade inteira, porque é uma linha de transmissão. Quando ela é interrompida cai em toda a cidade. Olhem aí uma situação em Alto Alegre: um serviço de manutenção, em período de rio cheio, como é que a gente trabalha? A água está na cintura, a escada está dentro da canoa e o eletricista está lá em cima fazendo o serviço de manutenção. Quer dizer, uma situação difícil de trabalhar, mas atende-se. Aqui, é uma situação em Boa Vista, trata-se de uma área de regularização clandestina. Vocês podem ver o antes e o depois como é que está. Isso aqui é na capital, Boa Vista. Uma coisa interessante para se falar é o seguinte: Essas empresas, ex-empresas, que agora nós tratamos como prestações de serviços para capital e interior, elas estão com datas de privatização. Elas estão no PND (Programa Nacional de Desestatização) e elas têm data para privatização. E na contagem desse negócio, nós não estamos só olhando pelo fato de privatizar, nós estamos realizando. Eu costumo falar que, quando vamos vender o nosso carro a gente não troca o motor, a gente vende ele do jeito que está. Mas, aqui, não, vocês podem verificar o que nós estamos realizando. A Eletrobrás não tem a intenção de estar aqui simplesmente por estar. Têm coisas que eu vou falar aqui que vocês vão poder observar, nós estamos aqui não só para isso, mas para realizar. Então, eu praticamente não estou olhando a parte de desestatização, da privatização da empresa. Aí, também, é a ação de desregularização de clandestinos, isso aí foi o material que foi retirado, arame farpado, usado para conduzir a eletricidade. Enfim, mostra que a gente está trabalhando. Aí é uma obra interessante que eu fiz questão de dar um destaque maior, porque nós estamos replicando essa obra para outros lugares do estado. Nós pegamos a subestação de Bonfim, ela estava nessa situação e a inauguramos no final do mês passado. Uma subestação nova e que trouxe uma série de benefícios. Foi uma obra feita com recursos próprios, com o nosso material. Catei material em outras empresas, em outros estados, e colocamos na nossa subestação. O que aconteceu? Primeiro, o centro do município de Bonfim tinha uma energia ruim, porque ela era enviada daqui de Boa Vista e chegava lá com a queda de tensão. Então, a qualidade da energia da sede municipal é muito bom. Fora isso, novos consumidores correram para pedir ligação. São consumidores interessantes para a nossa empresa e para o nosso estado. Compareceu, por exemplo, o grupo Maggi. É geração de emprego e renda para o estado, para a empresa, para a população local, enfim. Arrozeiros também já procuraram lá para irrigação de soja. Mais ou menos, uma demanda reprimida existia no município, de 5 megawatts, e vai ser atendida com geração de emprego. Quer dizer, tudo de bom para todos nós. Essa obra repercutiu até aqui no Cantá, porque também vai aliviar o Cantá, que vai ter uma energia de qualidade superior. Dessa subestação sai uma linha de 34.500 watts em direção a Normandia. O que nós temos em Normandia? Uma usina térmica. O que já fizemos com a usina térmica? Ela está em caráter experimental, eu já desliguei a usina térmica de Normandia. Isso dá uma economia de 700 e poucos mil por mês para a empresa. Energia de melhor qualidade, chegando a Normandia. Só com essa obra, gastamos cerca de 300 mil reais garimpando equipamentos com mão de obra própria e fizemos isso aí. Seria muito fácil nós ficarmos esperando a privatização e largar isso para o privado fazer. Se é que ele tem o interesse de atender um mercado desses, residencial, de pouca arrecadação, são questionamentos futuros. É interessante a empresa atuar onde têm indústrias. Essa é uma obra interessante, eu elenquei uma série de benefícios que uma simples obra trouxe. Estamos replicando esse mesmo modelo para o Sucuba. Vamos fazer a mesma coisa, final de outubro, quando estaremos inaugurando outra subestação feita no mesmo modelo. Vou buscar transformador no Piauí, onde tem material sobrando, que a gente pega e traz para cá. Olhem só, eu elenquei uma série de benefícios: a

qualidade de energia do Bonfim, atendimento de demanda reprimida, garantia de crescimento e da localidade, redução das nossas perdas elétricas, tudo isso ligado ao Bonfim. Benefício ao município do Cantá, melhoria na qualidade do serviço, atendimento de demanda reprimida nessa localidade, garantia do crescimento futuro e da economia que eu estou fazendo lá em Normandia de 717 mil por mês. Eliminação de impactos ambientais lá em Normandia. Enfim, perdas elétricas no sistema reduzido. Temos uma aplicação de recursos que nós estamos dividindo no seguinte plano estratégico. Revitalização das subestações, como a gente está fazendo na revitalização de linhas de transmissão, onde existem problemas acumulados. Revitalização dos postes de atendimento para um melhor atendimento da população. Revitalização das usinas térmicas de geração. Hoje, nós temos usinas novinhas em Amajari, Surum, Normandia, Tepequém, Bonfim, Santa Maria do Boiaçu, Uiramutã, Boca da Mata e Napoleão. Uma coisa que a gente sabe fazer é usina. Lá tem todas as usinas de boa qualidade. Atualização de serviços de poda. Este, nós estamos com um processo em andamento. Temos bastante para fazer ainda. Atuação em manutenção corretiva, regularização de unidades clandestinas. Eu não acho justo quem paga a energia, o bom consumidor pagar pelos clandestinos. Então, ao invés de manter essa situação, nós estamos indo atrás dos consumidores que fazem desvios de energia para que a gente não fique pagando e ter uma energia mais cara por conta desses clandestinos. Melhoria substancial no serviço de plantão comercial da empresa. Estamos chamando as pessoas para legalizar, dividir, parcelar suas contas, conforme as suas possibilidades. Nós estamos prevendo, até o final do ano, a aplicação de 109 milhões em todas essas atividades que está no nosso orçamento e a gente está fazendo. A gente entende que ainda tem muito o que fazer. Essa absorção do interior foi uma situação inédita. Eu vou falar para vocês que já participei de um processo semelhante no Amazonas. A minha vida profissional foi dentro de uma usina térmica, Conheço bem o processo de geração de energia. Participei do processo de encampação de uma empresa do interior por outra da capital, no caso, do Amazonas. Já fui diretor, fui presidente por lá. E o caso aqui foi inédito, simplesmente, no dia primeiro de janeiro, nós tínhamos em ordem de grandeza 40 mil consumidores e 120 mil para atender num espaço de tempo, do dia para a noite. Foi uma passagem de ano complicada, porque eu não tinha orçamento, mas tinha uma preocupação grande de interrupção de energia no interior do estado. Tenho a plena noção do que é ficar sem energia. Eu sou muito sensível a isso, porque eu sei o que é uma usina e o que é não está gerando. Eu sei os benefícios e as consequências da falta de energia em nossos tempos. Houve toda uma preocupação a compra de óleo, manter o pessoal do interior, as contratações de serviços para atender, botar num padrão bom no interior. Hoje, nós temos um padrão no interior de atendimento já se aproximando do padrão que nós temos aqui em Boa Vista. E, fora isso, nós estamos cuidando do processo de privatização da situação inédita. Para vocês terem uma ideia, falaram que o Governo Federal chegou junto com a ANEEL, que é o órgão que regulariza todo o setor elétrico, falou assim: você vai tomar conta de Boa Vista e do interior? Eu falei assim: fiz a projeção no dia 15 de dezembro e eu já tinha toda a projeção das nossas necessidades para tocar o interior e a capital até o final deste ano. E falei diversas vezes, demonstrei, matematicamente, diversas vezes que nós não conseguiríamos passar do mês três sem recursos. E com três meses, eu consegui tocar o interior fazendo gestão. Pegava os equipamentos, os carros daqui de Boa Vista eu botava para o interior e fomos levando o sistema assim. Só que levei oito meses para começar a receber recursos do Governo Federal para poder manter a situação aqui. Então, recebemos dinheiro mês passado e limpei as dívidas todas que tínhamos desde janeiro até hoje para tocar o serviço do interior. E agora, sim, estamos numa situação mais estável, caminhando para uma estabilidade no interior. Era, basicamente, isso que eu queria colocar. Agora, tem algumas coisas que eu queria responder direto, as colocações do Deputado. Realmente, para construir as linhas de transmissão vai levar dois anos, desde que seja iniciada. Então, o nosso problema hoje é que nós não estamos enxergando a data zero para iniciar. Se for daqui a 5 meses, vai levar dois anos para construir. O que nós fazemos hoje? Como eu disse, na semana passada, nós ficamos fazendo uma conferência sobre o cenário que nós temos. Nesse cenário que nós estamos visualizando, nos projetamos para o pior cenário possível. Qual é o pior cenário possível? Eu não tenho a Venezuela e não tenho a linha, o que eu faço? Vou ter que gerar com recursos próprios. E eu tenho colocado uma coisa também muito interessante, que o senhor abordou também. Há uns tempos atrás o rio transbordou e interrompeu a BR-174. Se interromper a BR-174 será mais um cenário ruim. Eu vou trabalhar aqui num formato que a gente chama formato de ilha, o nome já diz, estou isolado. Quanto tempo eu vou viver? Eu tinha óleo aqui, Deputado, para viver cinco dias em ilha. Tendo abastecimento, aí eu consigo. E o normal, a nossa capacidade de óleo aqui é para 15 dias, mas eu tinha óleo para 5 dias. Dá para o Governo Federal?

Eu falei, olha, eu sei fazer racionamento, se precisar fazer, eu sei fazer, onde estão as áreas principais. Tudo isso nós temos mapeado. Mas não dá para eu trabalhar aqui. Quando eu cheguei, tinha óleo para dois dias. Eu falei, não, não dá para trabalhar aqui, não. Hoje, nós temos para 5, e estamos passando para 8 dias direto. Vou falar outra coisa interessante. Em média, eu preciso de 180 megawatts. Agora, deve estar uns 140, 130, mas o número médio são 180. Para atender os 180, eu tenho um número redondo: 220. Tudo bem, estou tranquilo, 220 térmico aqui para tocar sem a Venezuela. É evidente que essas máquinas precisam de manutenção. Eu tenho 220 contratados, mas eles têm lá 260 para poder ter a reserva e poder fazer manutenção, se isso for trabalhado de forma contínua. Mas, no normal, aqui para os senhores entenderem a cadeia de problemas, que é: Primeiro, a energia da Venezuela é mais barata. Como é que eu atendo esses 180? A Venezuela está limitada a 130. Então, todo dia, em média eu gero 50 para as nossas térmicas. Em determinadas horas, de madrugada, a Venezuela atende sozinha, aí eu tiro as nossas térmicas. Mas, em média, para eu atender 180, eu gero todo o tempo 50. E eu gasto perto de um milhão por dia só para manter essa situação. Se eu sair para o cenário ruim, que é para eu ter que gerar tudo, eu vou para uns três milhões e meio de óleo por dia. O que vai ficar ruim é a logística, vamos ter aqui, a cada hora, um caminhão de 30 mil litros na estrada para cá. Aí a preocupação, se a estrada interromper? Tudo bem, a gente tem que ter uma reserva, um pulmão para atender essa situação. Então, vejamos o grau de preocupação em que nós nos envolvemos. Programa de Logística, para vocês verem como é caro. Uma outra coisa que a população tem dúvida, tudo bem. Se você sai de um milhão para três milhões e meio por dia, quem é que vai pagar a conta? Aqui, eu quero abrir um parêntese também, vocês podem pesquisar no site da ANEEL vocês vão ver lá que a tarifa de energia da Boa Vista e da CER é a menor do Brasil. Está aí uma coisa interessante. Mas, nós estamos na nossa realidade aqui, nós não olhamos a realidade dos outros. Para a nossa realidade aqui, ela é cara. Como para a realidade do pessoal em Belém é cara. Eles estão olhando a realidade regional deles, assim como a gente olha a realidade regional nossa. Então, não vai ser a população que vai pagar esse custo adicional. Esse óleo é subsidiado pela conta de combustível, a CCC. E quem paga isso é o Brasil. Não tem outra alternativa, porque se nós fôssemos colocar o custo dessa geração na tarifa, ia ser um absurdo. Outra informação importante. A Eletrobras Distribuidora/Roraima, assim como qualquer empresa do grupo Eletrobrás, esse tipo de empresa distribuidora, o modelo dela não é para dar lucro. Se eu começar a dar lucro aqui, a tarifa baixa. A tarifa sobe é para manter o equilíbrio da empresa. Por isso que eu falo, vamos atrás dos clandestinos, dos maus pagadores. E temos alguns maus pagadores, que eles paguem, e os bons pagadores não tenham que ter energia aumentada para subsidiar quem não paga. Então, é o nosso foco, antes de pensar em tarifa, porque também é uma coisa inerente à nossa vontade. Não sou eu quem aumenta a tarifa, quem aumenta é a ANEEL, que fica verificando essa situação. Então, se eu não for eficiente, alguém vai pagar essa conta: o bom consumidor. Essa é uma ação que nós estamos batendo pesado para que a gente tenha os recursos para manter o sistema em operação. Como eu disse, também, a minha formação, eu mexo com energia de fonte alternativa desde a década de 70, e os sistemas solares. Estamos tendo a ousadia de, no meio dessa confusão toda, começar a inverter a matriz energética do Estado de Roraima. Matriz energética, hoje, é muito simples, vocês sabem, é o diesel e a energia da Venezuela. E como sair dessa situação? Na região centro-sul do estado, naquela área de Rorainópolis, Caracará, toda aquela parte centro-sul nós vamos ter a PCH de Jatapu, que é na central hidrelétrica de Jatapu, que está passando para a empresa agora, no final de outubro. Só vai ser comissionada ali na primeira semana de novembro e vamos ter 10 megawatts. Estamos em tratativa já com o Ministério, vou soltar a licitação, o projeto já está no Ministério, para uma usina térmica à lenha, à massa, a cavaco. E tem ali matéria-prima para produção por 10 anos na região. São resíduos que são passivos ambientais das madeireiras. E eu vou conseguir. Essa é uma usina boa, vamos dizer na grila, pé duro, precisando só dois dias por mês para fazer a limpeza das grelhas e tocar em frente dois megawatts. Então, eu vou ter 10 de Jatapu, mais dois de uma térmica lá e vou atender a região centro-sul com essa configuração, a ponto de desligar. Estamos pensando em seccionar a linha de 69, que atende a região centro-sul. E ela vai funcionar com a PCH de 10 megawatts com a térmica, a biomassa de 2 e mais uma usina diesel, que nós vamos manter em Novo Paraíso, só em **Stand by** porque só com a térmica, com a biomassa e com Jatapu, eu atendo a região. E olhem só, que coisa interessante, na hora em que eu atendo essa região e secciono a linha que sai daqui, boto uma chave e abro a linha, eu deixo de mandar para lá, pelo menos, 10 megawatts daqui de Boa Vista. Quando eu faço isso, olho aqui para Boa Vista. Eu vou deixar de usar a Venezuela? Vou tirar esses 10 da Venezuela? Não. Eu vou tirar esses 10 da térmica. É economia. E lá, nessa região, espero, que, com certeza, possamos ter uma energia local de geração

de boa qualidade. Sim, vou continuar ainda com problema nas redes, problema de poda de árvores. Vou continuar por algum tempo, mas a geração de energia lá, se Deus quiser, com certeza, vamos ter uma energia de qualidade. Por quê? Porque, como eu falei anteriormente, quando a de Venezuela cai, eu estou lá com os meus 130 da Venezuela e meus 50 aqui. Quando saem os 130, o sistema todo cai porque os 50 não aguentam os 180. Então, cai tudo. Quando cai tudo, cai o interior. Só que nessa configuração, o interior do centro-sul do estado não vai mais sair, ele vai ter vida própria. Essa é uma situação interessante. Esclarecendo, também, um pouco mais, quando ocorre o bleicote aqui em Boa Vista, como é que nós procedemos? Saiu a Venezuela, a térmica que eu estou atendendo sai também para se proteger. O fato de o sistema sair, é evidente, que é uma coisa ruim. Nós não desejamos isso, mas também é uma coisa boa, do ponto de vista que ele se protegeu. Se cair um raio na linha de transmissão ela se protegeu, isso é um bom evento. Se ela não se protegesse, nós iríamos ficar muito tempo sem energia. Quando isso ocorre, eu tenho zero, como é que eu faço? Aqui na nossa sede está o centro do despacho. É onde a gente começa a mandar energia para recompor o sistema. Então, nós temos as cargas prioritárias, onde estão os hospitais, que deveriam ter grupo gerador, mas a gente sabe que isso, às vezes, é difícil. Então, as nossas cargas principais estão onde está o hospital, onde está o centro da cidade. A gente consegue hoje voltar com o centro, estou tentando baixar um pouco mais esse número, mas em 9, 10 minutos eu já recomponho o centro. E vou recompondo, gradativamente, a cidade. E, em 15 a 20 minutos, eu estou com o sistema aqui recomposto. Às vezes, eu demoro mais para recompor o interior. E isso é o que está nos preocupando, por isso, pelos problemas de Boa Vista, pelos problemas na rede do interior, eles estão, realmente, tendo uma incidência fora do normal em tempo de desligamentos. Eu estou atento a isso. E, com certeza, vamos erradicar isso nessa região centro-sul do estado. E todo o benefício, que eu faço no interior repercute aqui. Então, vamos trazer essa situação para a região centro-sul. Em Bonfim, exatamente, em frente à subestação que nós construímos tem um projeto híbrido solar fotovoltaico, biomassa, usando as acácias e eólico. É uma usina híbrida com três fontes de 5 megawatts bem em frente à subestação de Bonfim. E vai ser conectada a Bonfim. E na hora em que eu faço isso, o que acontece? Essa usina deve gerar uns 8 megawatts, eu deixo de mandar energia daqui para Bonfim. O que acontece? Sobra energia aqui. A mesma coisa, estamos fazendo no projeto com arco norte, ligando todas as comunidades, saindo lá de Pacaraima até o outro extremo do estado. E em Surumu vamos ter uma fonte também a diesel e também fotovoltaica de três megawatts para atender toda essa região e ter a possibilidade de usar a energia da Venezuela por Pacaraima, se ela estiver disponível, e se ela for barata. Sempre andando juntos. Nós temos que olhar sempre o binômio qualidade/custo, economia do negócio e na região Sul do Estado, que é a mais isolada. Nós temos ali a partir de Santa Maria de Boiaçu, nós temos 16 ou 17 localidades, para as quais que nós estamos projetando sistema de diesel híbrido, fotovoltaico e monitorados aqui, de Boa Vista, que vai dar uma qualidade de independência. E ali nós temos problemas de atendimento com equipamentos que já estão ultrapassados e também de logística de entrega de óleo e peças de manutenção. A operação e manutenção na região é cara devido à sua distância e isolamento. Então, é isso que estão projetando para a parte sul. E para a capital, é um projeto que vai, se Deus quiser, mostrar, como é que nós estamos olhando a energia no estado e o que é a inversão dessa matriz energética. Aqui, na capital, nós temos um projeto de 11,5 megawatts, que também vai abater nessa energia daqui de Boa Vista para a prefeitura de Boa Vista. Esse projeto vai atender todas as unidades da prefeitura. E a prefeitura vai ser autossuficiente, vai ser a primeira prefeitura no mundo que vai ter um sistema de geração de energia própria. Então, como se somam esses projetos, eles impactam diretamente aqui em Boa Vista. Qual não foi, confesso para vocês, a minha surpresa profissional, eu defendo esses projetos há muitos anos e, na última semana de julho, eu estou falando para vocês, mas falo no Brasil inteiro. Todo final de mês, eu vou para Brasília para uma prestação de contas do que nós estamos fazendo aqui. Eu sou cobrado pelo Ministério, pela ANEEL, pela Eletrobras em relação a nós estamos fazendo aqui. E eu venho falando sobre esses projetos. E eles não estavam entendendo, que o que eu faço no interior impacta diretamente aqui, positivamente, na capital. E no final de julho, o Ministério me ligou e me mandou uma correspondência cobrando o projeto de fontes alternativas fotovoltaicas, que eu tanto falava para a Prefeitura de Boa Vista. E foi uma surpresa, uma satisfação profissional muito grande, porque no dia seguinte, o projeto já estava pronto, já estava em fase de aprimoramento e inspeção na EPE, que é a Empresa de Pesquisa do Setor Elétrico. Mas eu mandei para o Ministério, pelo sedex, o projeto pronto no dia seguinte. Agora no final do mês, esse projeto já está em andamento. Vamos ter a liberação da usina de biomassa de Rorainópolis, a liberação da usina lá do Bonfim, de fontes alternativas e estou preparando para entregar ao Ministério. Agora, outro

projeto está pronto para fazer um leilão de 30 megawatts, uma grande usina solar fotovoltaica aqui no estado. E, dessa forma, a gente vai ser o primeiro estado no Brasil a promover a inversão da matriz energética do nosso estado aqui. Até que coisas melhores possam chegar, tipo a linha de transmissão, vamos ter que manter quando ela chegar aqui, vinda de Manaus, uma geração, porque aqui é final de linha. Eu coloco uma coisa muito interessante: se nós prestarmos atenção, nós temos um estado em situação privilegiadíssima. Eu vou falar uma coisa para vocês, eu não estou sonhando, no futuro será um estado exportador de energia, porque nós temos uma ótima área, o estado é totalmente plano, praticamente, uma logística boa, boas estradas, bons acessos, muita área plana. Eu fico radiante quando ando pelo interior e vejo planícies e mais planícies para instalarmos os sistemas solares. Nós temos um mercado transmissor de mandar a energia por essa linha que vai nos abastecer para o Brasil. Nós temos esperança de que a situação política na Venezuela se resolva, para nós possamos ser importadores ou exportadores de energia para a Venezuela. Temos a Guiana, também, se mostrando em forma de crescimento, precisando de energia. Basta nós passarmos por Lethen, veremos que a situação energética deles também é complicada. Então, nós temos condições, sim, de um dia exportar energia. Temos aqui bom aproveitamento eólico no norte do estado. Temos solar, até reabrir a questão de alguns aproveitamentos hidrelétricos, também no futuro podemos abrir esse tipo de questão. Então, se eu não conseguir falar tudo, estou aqui à disposição para tentar dirimir qualquer dúvida que os Senhores tenham.

O Senhor Presidente **Izaías Maia** - Doutor Anselmo, só uma pergunta, e essa pergunta é do povo. O Desembargador Mauro Campello falou que é uma área federal. Na área federal: o Governo Federal, Senadores e Deputados Federais. O Senhor está trabalhando aqui, o senhor está tendo esse apoio na área federal ou é difícil ter o apoio em Brasília? Como é que o senhor está conseguindo sobreviver nessa atual situação?

O Senhor **Anselmo Santana Brasil** - (Diretor-Presidente da Eletrobrás, Distribuição de Roraima) - Boa pergunta. Primeiro, a gente começou a organizar um pouco as coisas. Por exemplo, eu observei, isso não é privilégio só daqui do estado, nos outros também funcionavam assim. Por exemplo, o Deputado conseguia a emenda e ele ia lá como prefeito, fazia a obra lá. Depois me entregava. Às vezes, eu não posso ligar para aquele local lá. Ou a obra tá fora do padrão. Aí, eu viro e falo assim, de forma geral, Senhor Deputado, venha aqui com a gente que eu faço o projeto. Qual é a área que o senhor quer trabalhar? Sim, aquela ali eu posso. Não interessa, tem demanda reprimida, a rede comporta a ligação. Eu faço o projeto para o senhor. O senhor consegue a emenda e vai lá e faz o projeto e eu ainda supervisiono para ver se está de acordo com o recebimento. Quer dizer, fecha o círculo. Isso é bom para todos. Então começamos um trabalho assim. No âmbito federal, não estou tendo problema para colocar todas as nossas necessidades, porque é um anseio do próprio Ministério de Minas e Energia, que tem recebido, muito bem, não só as nossas necessidades operacionais para o nosso dia a dia, dos nossos cenários que eu tenho colocado, como também essa visão de mudança. Na hora em que falo em inverter a matriz energética é economia para o Brasil. Menos recursos deixam de ser gastos, e a gente começa a ter um desenvolvimento maior. Não estou tendo assim problema em nível federal para a gente tocar as coisas.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** - Desembargador Mauro Campello, o senhor tem alguma pergunta ao presidente da Eletrobras?

O Senhor Desembargador **Mauro Campello** - Não, só tenho que parabenizá-lo pelo trabalho que vem sendo realizado. Pela exposição, a gente vê a dedicação que ele tem perante o seu trabalho na Eletrobrás. O compromisso nessa causa, a experiência de longo tempo. Então, nós estaremos juntos nessa caminhada.

O Senhor **Anselmo Santana Brasil** - (Diretor-Presidente da Eletrobrás, Distribuição de Roraima) - Eu gostaria de aproveitar o ensejo, desembargador. Vejam bem, nós estamos tendo muitos problemas. Eu entendo a necessidade, o anseio da população, ainda mais dos mais carentes. Nós somos bem sensíveis a isso. Mas tem muita coisa no estado, sobre as quais os promotores falam assim: ah, agora é Eletrobras, tem dinheiro. Não, eu vivo de orçamento. Então, eu estou recebendo umas demandas judiciais com ordem de prisão, de afastamento, porque eu não posso fazer em três, quatro meses, o que estava represado para 10 anos. Eu não tenho como atender, eu tenho que, por um lado, ficar me defendendo judicialmente, mas entendo a colocação, porque é muito bacana a gente ver o quanto... Eu tenho plena consciência do quanto a colocação energética induz o desenvolvimento, o conforto à população, a economia. É para tudo isso que nós estamos trabalhando. Para vocês terem uma ideia, vou falar umas coisas bem pessoais. Quando eu vim para cá em setembro do ano passado, está completando um ano agora dia 22, fui chamado em Brasília... Realmente eu tenho uma experiência de setor elétrico, o pessoal

do Ministério perguntou se eu achava que o negócio de energia elétrica em Roraima, hoje, é viável. Eu respondi que não, do ponto de vista econômico, não é viável. Tanto é que nós devemos, a situação é complicada. Ele me perguntou se eu tinha certeza. Eu falei: tenho, mas no interior do estado de Roraima têm brasileiros e nós temos que atendê-los. Por isso, vocês estão me colocando lá, e por isso vocês estão aqui. Por isso existe um governo federal, da Eletrobrás e do Ministério de Minas e Energia. Nós temos que atendê-los, senão a gente pega e chama o suíço, o alemão, o canadense e eles vão descobrir alguma coisa para curar a AIDS. Ou nós assumimos ou a gente entrega. Defendo, sim, aquilo que o senhor falou, vamos usar a energia da Venezuela? Sim, porque ela é barata, é econômica, mas nós temos que ter a nossa aqui. Nós temos que ter uma visão nacionalista e territorialista, sim, do nosso problema aqui. Então, às vezes, eu compro umas brigas ideológicas, mas é por aí. É esse o compromisso que a gente tem aqui. Para vocês terem uma ideia, eu acordo às 4 horas da manhã, pensando nas coisas, que tenho que fazer. É uma dedicação quase que exclusiva para essa causa. Eu acredito que vai ser o último trabalho que vou fazer na minha carreira. E eu quero fazer um bom trabalho.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Muito bem, Deputada Lenir, se quiser fazer o uso da palavra, fazer alguma pergunta, fique à vontade, o Deputado Naldo também. E eu queria dizer ao doutor Anselmo, sabendo agora do que realmente está acontecendo. Esse era o objetivo, com a presença da justiça, sabermos a verdade, conforme na Bíblia está escrito: a humanidade peca pela falta de conhecimento. Então, se o povo não tem conhecimento, quando falta energia, vem logo e raiva do povo. Então, Doutor Anselmo, hoje, tomamos conhecimento da verdade. Gostaria de dizer ao Senhor que, como apresentador e como Deputado Estadual, a partir deste momento, o senhor tem um grande aliado.

O Senhor **Anselmo Santana Brasil** - (Diretor-Presidente da Eletrobrás, Distribuição de Roraima) – Muito obrigado. Recebemos todas as reclamações, informações, de forma bem tranquila. Nós temos uma responsabilidade e não existe nenhuma adversidade por nossa conta. Para o senhor ter uma ideia, eu estou saindo da empresa e indo para o interior. Fui para uma audiência na Câmara de Caracará, tem uns 15 dias. E ao sair uma senhora me perguntou se eu era da Eletrobras. Respondeu sou sim, senhora. E ela me disse que não estava conseguindo pagar sua conta. Eu olhei para a conta dela. Eram 42 reais, perguntei por que, minha senhora? Ela me falou, é o seguinte, porque fechou a Casa Lotérica e a Caixa Econômica, e o Banco do Brasil só aceita o pagamento se eu tiver conta lá, mas eu não tenho conta lá. E, aí passou rapidamente pela minha cabeça o que iria acontecer com ela. Ela não consegue pagar, e eu vou cortar sua energia porque ela não pagou. Eu pensei, que absurdo está acontecendo aqui, isto também deve estar acontecendo no interior todo. Eu cheguei aqui, fazia a gestão em cima da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, Correios, enfim, para ela ter a condição de pagar a conta dela. Se a gente não ouvir ou receber essas demandas a gente não consegue melhorar, digamos assim.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Primeiro, quero parabenizar o Deputado Izaías Maia pela iniciativa. Porque, realmente, quase todos os dias de sessão, o Deputado fala sobre a nossa preocupação com a energia elétrica. Eu já tive a oportunidade de ouvir o Doutor Anselmo numa audiência que tivemos, há menos de um mês, na Comissão de Viação e Transporte e Obras, aqui mesmo na sala de reuniões. Mas eu quero parabenizá-lo por essa preocupação e dizer que nós todos estamos realmente preocupados, porque é como se fosse algo que nós estamos, a qualquer momento, à mercê dessa energia de Guri. E eu acredito, também, como Vossa Excelência, e que é preciso que nós tenhamos nossa própria energia. Eu ouvi uma fala de Vossa Excelência na comissão, falando sobre o potencial da Amazônia, permanentemente temos o sol, eu fiz uma pergunta naquela ocasião, e o senhor falou sobre as energias alternativas. Explicou sobre a energia eólica, de biomassa, energia solar. O senhor colocou também em inverter essa matriz energética de Roraima. E eu achei muito rica a sua fala naquela oportunidade e quero lhe parabenizar, porque, hoje, inclusive, olhando nas redes sociais, tem uma campanha contra a Eletrobras, falando que nós vamos pagar energias de gatos. O Senhor falou rapidamente, mas eu gostaria que o senhor falasse numa linguagem bem clara para o povão, que nós estamos ao vivo na TV Assembleia agora. Qual é, realmente, o posicionamento da Eletrobras em relação a esse furto de energia? Quem é que paga essa conta? E, aí, aproveito para agradecer a presença do Desembargador Mauro, que sempre está preocupado com a demanda de nossa população. Obrigada, Desembargador.

O Senhor **Anselmo Santana Brasil**, (Diretor-Presidente da Eletrobrás, Distribuição de Roraima) – Deixem-me colocar uma coisa, eu seguia uma linha de raciocínio, e perdi, mas vou chegar na sua colocação. Quando a gente tem uma interrupção aqui, eu falei que volta em 9, 10 minutos. Vou falar uma coisa interessante. Nós achamos que isso é ruim, e é ruim. O ideal é que tivesse interrupção zero. Mas por quê? Porque

nós comparamos a nossa região aqui. Quando ocorre um apagão em Copacabana, todo mundo aqui conhece leva de 4 a 6 horas para restabelecer, sabem por quê? Porque Copacabana, Botafogo, Flamengo não têm geração e dependem de quem conserta o problema e onde aconteceu. Vejam bem, aqui é a única capital no Brasil que tem geração própria. Nenhum outro lugar do Brasil tem geração própria para levantar o sistema. É ruim? É. Nós temos geração própria. Isso é uma coisa interessante para a gente observar. No estado, nós temos que nos comparar, pois na nossa fronteira, que eu conheço bem, tem lugar que leva até duas horas para restabelecer a energia. Quando o Linhão de Tucuruí tem uma interrupção, Manaus só tem a metade da energia térmica para gerar. Aqui nós temos mais de 100%, graças a Deus. Quanto ao problema do desvio, aqui tem uma coisa interessante. Na capital de Boa Vista, eu vendo isso, nós temos as menores perdas do Brasil. Nossa perda total dá em 12%, sendo que, desses 12, 8% são perdas técnicas da energia que se perde nos cabos dos transformadores, nas subestações. E apenas 4% é desvio, é furto, é o menor do Brasil. Por quê? Por duas coisas interessantes, não sei qual a que prevalece primeiro, aqui é uma cidade projetada. Então, a senhora pode ver que as nossas linhas são bem organizadas, padronizadas, e isso dificulta o furto. E a outra coisa interessante que eu vi aqui em Roraima é que não existe a cultura do furto. O pessoal aqui é bem intencionado, eles comparecem, da classe mais elevada até a mais humilde, para parcelar sua conta. Não tem aquela intenção de desviar. Não existe essa cultura aqui. Para a senhora ter uma ideia, enquanto aqui nós temos 12% de perda total, que é a menor capital do Brasil, no Amazonas tem 46% de perda. Quero dizer o seguinte: se a senhora chegar e botar 100 reais na empresa, 46 vão sumir, é mais ou menos isso que nós estamos falando. Então, o que nós estamos fazendo aqui? Regularização das áreas que estão com desvio. E, aqui, uma coisa interessante, essa frase já é muito famosa e antiga: "o crime não compensa". E crime desviar energia, porque na linha do transformador que atende a sua casa eu consigo enxergar a senhora no sistema. Agora, quem se pendura nesse meio caminho eu não consigo enxergar, mas eu sei que tem desvio ali. Aí o sistema mesmo que me avisa, vá lá naquele circuito que tem desvio. Aí a gente acha, é questão de tempo e a gente acha. Quer dizer, mas eu tiro um, o outro faz ali e vai se mantendo ali. Então, nós temos ações fortes junto com delegacias. Fizemos agora um convênio com a delegacia de furtos para a gente atuar de forma mais intensiva, campanhas educativas. Nós estamos com um projeto de eficiência energética nas escolas, educando através das crianças e mostrando não só a eficiência energética, mas também a parte de furto. Tenho falado isso com insistência. Não convém furto, até pelo risco pessoal de vida, está se mexendo numa coisa que mata. Energia elétrica mata. Então, não faça desvio, vá até a empresa, peça a sua regularização, peça a sua ligação normal. Até pelo grande princípio, não é justo que a senhora, todos nós ficamos pagando porque está desviando. É uma coisa inconcebível. Então, temos sim, se a senhora tiver um dia a oportunidade, compareça na nossa empresa e vou mostrar os técnicos que trabalham, as equipes que trabalham, os trabalhos que são feitos nos bairros. Estavam, por exemplo, com um grande problema no João de Barro. Já fizemos o projeto por todas as ligações, são mais de 400 ligações no mesmo local, que estavam de forma clandestina. Quer dizer, entendemos também que o problema está grande no interior, são bairros grandes e muitas das maiores cidades estão de forma clandestina, mas também estamos entendendo que eu não posso tirar a energia abruptamente dessas pessoas que estavam há muito tempo de forma clandestina. Então, nós estamos chamando essas pessoas para se regularizarem, dando prazos, dando condições para que elas possam pagar suas dívidas para a gente ter um sistema regular. Vejam bem, essa empresa tem um gasto pesado para manter o sistema em operação.

O Senhor Presidente **Izaías Maia** – Meu querido presidente, Deputada e Deputado Naldo também, eu queria só me despedir do Desembargador Mauro Campelo, que tem daqui a pouco uma audiência e agradecê-lo pela sua presença e pela colaboração de ter vindo aqui atender não a Assembleia, mas ao povo do Estado de Roraima. Muito obrigado! Meu querido presidente, eu queria lhe agradecer de coração, dizer ao senhor e a toda a família da Eletrobrás que hoje, tomando conhecimento do que realmente acontece no setor energético do Estado de Roraima e da sua luta. Talvez até muitas vezes solitária, mas tentando resolver. Repito para o senhor mais uma vez que eu acho que toda esta Assembleia, representado aqui pelo Deputado Naldo, pela Deputada Lenir, os outros estão resolvendo outros problemas. Nós estamos sabendo o que está acontecendo. Eu, particularmente, acho que esta Casa estará ao seu lado e termos a esperança. Primeiro, vamos confiar no seu trabalho, pelo seu conhecimento, segundo, confiar também em Deus e termos fé de que a nossa vida vai melhorar e teremos energia em abundância. Se o senhor quiser falar mais alguma coisa fique à vontade, mas nós só temos é que lhe agradecer.

O Senhor **Anselmo Santana Brasil**, (Diretor-Presidente da Eletrobrás, Distribuição de Roraima) – Quem agradece é a nossa empresa

de ter a oportunidade de colocar o nosso dia a dia, expor como a empresa trabalha e sair daqui desta nobre Casa com mais um aliado, deixando aqui para a Vossa Excelência e para todos que a empresa está aberta a todo questionamento. Sempre que for preciso, estaremos à disposição da Casa e da sociedade para expor todos os nossos problemas, todas as nossas realidades e juntos caminharmos para uma solução cada vez melhor. Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Izaías Maia** – Muito obrigado, meu querido Anselmo, mais uma vez, que Deus o abençoe nesta caminhada. Estamos aqui para ajudar e só temos que agradecer a Deus pela oportunidade que temos de receber as autoridades, o senhor, no caso da energia, e dizer que estaremos juntos porque o nosso trabalho, a nossa união só vai melhorar a vida do nosso povo. Muito obrigado.

Izaías Maia
 Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 0448/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **Gabriel Figueira Pessoa Picanço**, para viajar com destino a Brasília/DF, saindo no dia 06.12.2017, com retorno no dia 08.12.2017, para participar do Seminário Nacional sobre Instalação dos Free Shops em Cidades Gêmeas de Fronteira, a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 21 de novembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 449/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Designar o servidor abaixo para exercer a função de fiscal do contrato firmado entre este poder e a empresa contratada, conforme o Art. 67 da Lei 8666/93.

Nº do Processo	Contratado	Objeto	CPF/ CNPJ	Fiscal de Contrato
0048/ 2017	ACTIONMULTI SOLUÇÕES CONSULTORIA LTDA.	Contratação de pessoa Jurídica especializada em treinamento e capacitação de pessoas para o desenvolvimento e a realização de cursos de Capacitação Presencial, Semipresencial e a Distância, promovidos pela Assembleia Legislativa do Estado de Roraima - ALE/RR, por meio da Escola do Legislativo- ESCOLEGIS/ ALE/RR, na Capital e Interior do Estado de Roraima para manter seu quadro funcional, bem como a critério desta Escolégis estendê-los aos servidores desta ALE/RR.	24.412.717/0001-09	FISCAL: -Marcos Heráclito Ferreira Rodrigues Matrícula: 14594

Art. 2º Fica revogada a Resolução 0259/2017.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 30 de outubro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 21 de novembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0450/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, para viajarem à Vila Petrolina no município de Caracarái/RR, saindo no dia 01.12.2017, com retorno no dia 02.12.2017, com o objetivo de realizarem apoio na organização da Audiência Pública que irá

tratar sobre o tema: “O Parque Nacional do Viruá, seu plano de manejo, suas delimitações, conflitos de terras e sustentabilidade das comunidades locais”, a serviço desta Casa Legislativa.

NOME
Diarraira Soares Carvalho
Ediângela Maria de Siqueira Lopes
Gizelda Pinheiro de Barros
Othon Matos Luz Filho

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 21 de novembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO

Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0451/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**, para viajar com destino a Brasília/DF, saindo no dia 04.12.2017, com retorno no dia 07.12.2017, para participar do Seminário Nacional sobre Instalação dos Free Shops em Cidades Gêmeas de Fronteira, a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 21 de novembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO

Superintendente Geral

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 067/2017

PROCESSO Nº: 753/2017

MODALIDADE: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, Art. 24, Inciso X, Lei 8.666/93

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel no município de Caracarái, para atender aos programas/projetos que são desenvolvidos por esta Casa, localizado na Av. Presidente Kennedy, nº 1151, Centro, na cidade de Caracarái-RR.

LOCATÁRIA: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

CNPJ: 34.808.220/0001-68

LOCADOR: OLAVIO CLAUDIO GONÇALVES DE SENA

CPF: 164.240.502-72

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2011; 33.90.36 - 101

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores

DATA DA ASSINATURA: 14/11/2017

VIGÊNCIA: 24 (Vinte e Quatro) MESES.

VALOR MENSAL: R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais)

PELA LOCATÁRIA: **ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO**

PELO LOCADOR: **OLAVIO CLAUDIO GONÇALVES DE SENA**



Quando nasce um sonho, a realidade ganha uma nova chance.



Um ano
promovendo
histórias.

- ▶ **BOA VISTA** Av. São Sebastião, 883 - Cambará
- ▶ **ALTO ALEGRE** Av. João XXIII, 1357 - Centro
- ▶ **BONFIM** Rua Aluizio de Menezes, 717 - Centro
- ▶ **IRACEMA** Rua Dr. Bernardo Saião, 1030 - Centro
- ▶ **EM BREVE:** São João da Baliza / Caracarái
Mucajai / Rorainópolis

INFORMAÇÕES



98402-5014

| WWW.AL.RR.LEG.BRabrindo**caminhos**
**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA**

Independente e mais perto de você